



Reunião de 08/05/2023

ATA N.º 09/2023

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS REALIZADA EM OITO DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

---- Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas quinze horas, a Câmara Municipal de Nelas, em reunião ordinária, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral, estando presentes no Salão Nobre, o referido Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, Fernando António Pais Silvério, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Aires Manuel Antunes dos Santos, Rui Pedro Silva Marques e Ricardo Manuel Salvador Borges. -----

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia útil anterior, que apresentava os seguintes saldos: - Total de disponibilidades da Câmara Municipal: 1.661.976,84 euros (um milhão seiscientos e sessenta e um mil novecentos e setenta e seis euros e oitenta e quatro cêntimos); - De operações orçamentais: 1.143.042,95 euros (um milhão cento e quarenta e três mil quarenta e dois euros e noventa e cinco cêntimos); - De operações não orçamentais: 518.933,89 euros (quinhentos e dezoito mil novecentos e trinta e três euros e oitenta e nove cêntimos). -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral, cumprimentou todas e todos os presentes. Cumprimentou, naturalmente, a Senhora Vice-Presidente e os Senhores Vereadores, os Colaboradores do Município e o Distinto Público. Afirmou que antes de iniciarem a reunião de hoje dariam a Posse ao novo Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges. Desejou-lhe as Boas Vindas e Votos de um grande mandato também. O Senhor Eng.º Ricardo Borges toma hoje Posse no seguimento do processo de substituição, depois da renúncia ao mandato do Senhor Dr. José Manuel Borges da Silva, toma hoje Posse, depois de aceitar, o Senhor Eng.º Ricardo Manuel Salvador Borges. E, também, em abono da verdade, foi contactado o Vereador seguinte da Lista do Partido Socialista, a Senhora Dr.ª Irene Maria Mendes Ligeiro Pereira, que não tomou posse. Prescindiu da Posse. Sendo contactado o Elemento, imediatamente, a seguir, o Senhor Ricardo Borges, que aceitou e que, portanto, hoje vai tomar Posse, de imediato, antes de iniciarem a reunião, para efeitos práticos da sua efetividade enquanto Vereador. -----

---- O Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges cumprimentou todos os presentes. Afirmou que passava a ler o Termo de Posse: Eu, abaixo assinado, declaro por minha honra que cumprirei com lealdade as funções em que fui investido. -----

---- O Senhor Presidente leu o seguinte: -----

--- ATA AVULSO -----

---- TOMADA DE POSSE DE RICARDO MANUEL SALVADOR BORGES -----

----- Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, pelas quinze horas, no

Salão Nobre do Edifício da Câmara Municipal de Nelas, em reunião ordinária, compareceu o Senhor Eng.º Ricardo Manuel Salvador Borges, convocado nos termos dos artigos 76.º e 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, para tomar posse como Vereador Efetivo do Partido Socialista, em substituição do Senhor Dr. José Manuel Borges da Silva, que renunciou ao mandato de Vereador desta Câmara Municipal e em virtude da Senhora Dr.ª Irene Maria Mendes Ligeiro Pereira não ter aceite tomar posse. -----

---- Verificada a identidade e legitimidade do Vereador atrás referido, o Senhor Presidente da Câmara declarou-o investido nas suas funções. -----

---- (Palmas). -----

---- Esta Ata Avulso foi assinada pelo Senhor Vereador, Eng.º Ricardo Manuel Salvador Borges, pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral e pela Senhora Secretária da Reunião, Dr.ª Ana Isabel de Almeida Santo. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, após conferida a Posse ao novo Vereador, reitera, uma vez mais, as Boas-Vindas e Votos de um profícuo e bom mandato para este Executivo, para este Órgão Colegial, que é a Câmara Municipal de Nelas. Então, passando à reunião de Câmara, o Senhor Presidente deu conhecimento da situação financeira da Autarquia, já descrita no ponto anterior. Entrando no Período de Antes da Ordem do Dia, afirmou que só queria agradecer, naturalmente, também à apresentação dos Projetos, que o Senhor Vereador Fernando Silvério não lhe foi possível estar presente por razões profissionais. Mas esteve, em representação, o Senhor Vereador Aires dos Santos, na apresentação dos Projetos que foram candidatados na Área da Educação e na Área da Saúde. E, hoje, sobre o PT 2030 cá voltarão, outra vez ao assunto. Mas dizer que sobre os Projetos da Educação, são eles muito virados, tanto os da Educação, como os da Saúde, para a Eficiência Energética. Estão definidos logo os valores atribuídos pela área. Portanto, é uma conta que é fácil de fazer porque tem a ver com o valor que é atribuído por metro quadrado e depois, naturalmente, a multiplicação pela área de cada edifício. Sendo que nas Escolas, na Escola-Sede de Canas de Senhorim é 1.965.925,76 euros. Em Nelas são 2.609.656,27 euros. E tem a ver com a área, nomeadamente, por Nelas ser maior por causa da parte que era também do Centro de Saúde, embora as diferenças sejam menores. Pede desculpa, estes são os valores das Escolas-Sedes. Da Saúde, de Canas de Senhorim, 687.642,12 euros. Nelas, 2.122.938,88 euros. E, aqui, sim, tem a ver, claramente, com a área, sendo que a área da Unidade de Saúde Familiar Coração da Beira, de Canas de Senhorim, é bastante menor. E, em Nelas, a Unidade de Saúde Familiar Estrela do Dão/Centro de Saúde, como o Centro de Saúde é bem maior também é por estes valores. Foi feita a apresentação pelo Senhor Arquiteto que se disponibilizou, inclusivé, de facto, não haver também calendário, mas disponibilizou-se a fazer essa apresentação, ou aqui, ou em sede da Assembleia Municipal. Eventualmente, aproveitar a Assembleia Municipal uma vez que está lá a Câmara toda, se assim concordarem, também faria a apresentação dos projetos. Sendo que, daquilo que também daquilo que eles já falaram aqui e que deu para ver na apresentação, já e na aprovação que fizeram aqui, a tónica é, claramente, a Eficiência Energética, embora haja uma diferença no que concerne aos Equipamentos de Saúde Primária, que tem a ver, para além da Eficiência Energética, a requalificação no interior, tanto em tectos, como nos pisos, a substituição de tudo o que tem a ver com caixilharia, naturalmente, por causa da Eficiência Energética, de tudo que tem a ver com o material de equipamentos de casas de banho também e de pinturas e arranjos interiores e da disponibilidade das salas. Com as Direções, o que está a ser trabalhado, neste momento, é, quando houver a empreitada a realizar, onde é que estarão em funcionamento as respetivas respostas da Saúde. Sendo que na Unidade de Saúde Familiar do Centro de Saúde de Nelas será uma parte que esteve desativada onde esteve há tempos a funcionar a Santa Casa da Misericórdia de Santar com os Cuidados Continuados, que agora serviu como espaço para a COVID-19. E, portanto, estará uma parte a fazer o Atendimento enquanto a outra estará ser intervencionada. Na Unidade de Saúde Familiar do Coração da Beira, de Canas de Senhorim, naturalmente que passará, quando a intervenção for feita, para a mudança de espaço que está a ser trabalhado com a Direção, com a ARS e com a ACES



Reunião de 08/05/2023

Dão Lafões no sentido de, naturalmente, decorrer sem grandes alterações depois do que possa ser, ou grandes constrangimentos com os Utentes. No que concerne à parte da Educação, não é uma requalificação tão profunda, mas tem a ver também com as questões da requalificação da Eficiência Energética e de alguns dos Equipamentos do que é possível fazer quanto a isso. São as duas candidaturas possíveis. Aliás, todas as candidaturas agora têm essa particularidade de obrigarem e bem, a questão da Eficiência Energética. E estão muito direcionadas por aí e é isso que marca o que são as candidaturas. As candidaturas das Unidades de Saúde são no âmbito do PRR. São custeadas a 100%, com o IVA a ser pago pela Autarquia e depois devolvido, que está consignado em Orçamento de Estado. E, portanto, o que faz com que o Executivo, de acordo com o que são as estimativas para submeter o projeto e, eventualmente, ainda este ano o projeto estar já a concurso e, eventualmente, poder-se também concluir, ou estar muito desenvolvido o concurso. Da parte do Executivo, já falaram aqui, é bom que haja, naturalmente, candidatos, uma vez que os empreiteiros, neste momento, não têm mãos a medir e, portanto, era bom que isso também estivesse, de alguma forma, resolvido porque é um financiamento por causa da delegação de competências também e uma oportunidade soberana para não desperdiçar. O mesmo se aplica na Educação, embora ainda haja uma dúvida sobre o financiamento. Abriu no que é ainda o Quadro do Portugal 2020, mas remissivo para o Portugal 2030. Tem a ver com o financiamento. Lembrar que a abertura do Quadro tinha um financiamento de 30 milhões de euros para todos os candidatos, para todas as Escolas candidatas no âmbito do Acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. E, portanto, há muitas Escolas candidatas e, naturalmente, que as verbas não chegarão para tanta Escola candidata. Há a ideia de, eventualmente, haver uma possibilidade de linha de financiamento, embora o que são as linhas do Portugal 2030 também se possa dizer que possam ser lá acumuladas, o que não seria tão boa notícia para o Executivo, uma vez que se assim fosse teria que entrar no que é a almofada financeira do Município para o Portugal 2030, mas já lá vão. Portanto, antes do Período da Ordem do Dia eram estes enfoques que queria dar e deixar, naturalmente, à Senhora Vice-Presidente e aos Senhores Vereadores, alguma intervenção que queiram fazer, inclusivé deixaria a primazia, mesmo coma Senhora Vice-Presidente, que o Senhor Vereador Ricardo Borges estivesse à vontade também para fazer uma primeira declaração, se assim o entender. Deu a palavra ao Senhor Vereador Ricardo Borges. -----

---- O Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges cumprimentou todos os presentes. Agradeceu ao Senhor Presidente pelos esclarecimentos. Afirmou que, antes de mais, também queria dizer que a sua presença aqui e aceitar a sua posição de Vereador é no sentido de garantir os interesses da população e no sentido de ser uma pessoa interventiva de modo a ajudar o Executivo e a promover o desenvolvimento do nosso Concelho. Relativamente aos esclarecimentos que o Senhor Presidente deu relativamente ao Portugal 2030 só dizer uma coisa relativamente ao estado dos Centros de Saúde, nomeadamente ao de aqui de Nelas. Ele sabe que todos estão á espera desse tipo de financiamento, do PRR, para fazer intervenções mais estruturais. Mas ele viu o Centro de Saúde de Nelas e teve oportunidade de há alguns tempos ter que ir lá e viu o estado do piso. Há obras que não são tão estruturantes e com pequenos reparos. Eu reparei que, por exemplo, o pavimento no Centro tinha uma mesa porque o pavimento estava levantado. É assim: Há pequenas obras que podem ser feitas e assumidas pela Câmara e desta forma, os nossos Utentes sentem-se ali mais acolhidos. Ou seja, a imagem da casa também é a imagem dos procedimentos que lá ocorrem. Portanto, chegar lá e ver aquele estado daquele pavimento, ele acha que sim, que

são muito importantes estes Planos de Investimentos mais estruturantes e com o apoio a 100%. Mas acha que a Câmara também poderia, pronto, fazer essas pequenas beneficiações necessárias no Centro de Saúde. -----

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Ricardo Borges. Não sabia se mais algum dos Senhores Vereadores se queria inscrever. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Cumprimentou o Senhor Presidente, a restante Mesa e todos os presentes. Afirmou que, bom, relativamente a esta questão das candidaturas, nomeadamente, das USF,s, dos Centros de Saúde, eles já tiveram aqui oportunidade de expor os seus pontos de vista. Naturalmente que eles entendem que neste tipo de candidatura teve que ir ao encontro das balizas da própria candidatura muito focadas na Eficiência Energética, mas que não são obras estruturais para aquele edifício em termos de ampliação e tudo o resto. Mas, compreende que são as bases desta candidatura e é de salutar, naturalmente. Mas, queria colocar aqui duas questões ao Senhor Presidente, até porque, reiteradamente, ele, Vereador Fernando Silvério, tem-nas colocado e tem a ver com a Área de Acolhimento Empresarial e com o Projeto CAVES, em Santar. E das últimas vezes que o Senhor Presidente falou acerca disso, nomeadamente na Área de Acolhimento Empresarial disse até que numa próxima reunião e próxima seria aquela a seguir ao momento em que teceu estes comentários, que viria a Área de Acolhimento Empresarial especificamente à reunião de Câmara para falarem acerca disso. O facto é que existiu uma adjudicação, existe um contrato, existe um prazo de execução que ele agora, de memória, nem sabe se já foi concretizado, ou não. O que ele sabe é que nunca veio, por exemplo, nenhum pedido de prorrogação à Câmara. Nunca se lembra ter vindo à reunião de Câmara nenhum pedido de prorrogação do prazo para a execução dessas obras. O facto é que e podem constatar in loco é que as obras continuam paradas. É esse o termo. Continuam paradas. E pegando nas palavras do Senhor Presidente, imagina que tenham surgido alguns desafios, alguns constrangimentos para resolver, admite que sim. E ele estava à espera que o Senhor Presidente, numa destas reuniões, trouxesse isso a reunião de Câmara para que, de uma forma clara, discutissem esses assuntos. Mas o facto é que, até ao momento, a Área de Acolhimento Empresarial ainda não veio a reunião de Câmara e pensa que não vai, naturalmente, voltar a falar na importância das Áreas de Acolhimento Empresarial e tudo o que isso implica. O mesmo referente ao Projeto CAVES, em Santar. Porque a resposta é sempre essa, dirigindo-se ao Senhor Presidente, que vai trazer, que há uns problemas, que vai trazer. O facto é que, decorridos todos estes meses, concretamente, na reunião de Câmara, que é onde devem ser discutidas as coisas, ainda não trouxe. E, nesse aspeto, ele, Vereador Fernando Silvério, gostaria de questionar se os problemas que o Senhor Presidente, eventualmente, encontrou, já os resolveu. De que forma é que os resolveu? Mas o facto é que as obras continuam paradas. Os investimentos continuam parados. E eram essas as questões que ele, Vereador Fernando Silvério, queria colocar ao Senhor Presidente porque, de facto, nomeadamente, a Área de Acolhimento Empresarial também sabem o investimento que está previsto e a sua importância na valorização do território, na atratividade e tudo o resto, criação de emprego e economia local, e o facto é que, até ao momento o Senhor Presidente ainda não trouxe essa questão a reunião de Câmara. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Aires Santos. -----

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes dos Santos cumprimentou o Senhor Presidente, os Caros Colegas, os Colaboradores e o Público. Afirmou que, em primeiro lugar, quera dar também as boas-vindas ao Colega Ricardo Borges que, portanto, vai assumir o seu mandato neste Órgão. Desejar também as maiores felicidades e ao mesmo tempo, empenho e colaboração, tanto ao Executivo, como aos Colegas, para fazerem um bom trabalho em prol do desenvolvimento e, sobretudo, para valorizar este Órgão. Agradeceu ao Senhor Vereador Ricardo Borges e se precisar de alguma coisa da sua parte, que dispusesse. Relativamente ao Senhor Presidente, ele, Vereador Aires Santos, gostava de pôr aqui algumas questões, portanto, de pedir alguns esclarecimentos e algumas



Reunião de 08/05/2023

recomendações que ele acha que são pertinentes. E algumas até aflorou aqui já mais que uma vez, que é a sinalética na Urgeiriça porque agora as pessoas que vão para Fátima esbarram ali. É de manhã, à tarde e à noite. Se o Senhor Presidente conseguir reforçar aquele pedido sobre a sinalética, ele, Vereador Aires Santos, acha muito importante. Relativamente também ao Parque da Urgeiriça, bom, uma vez que, cada vez mais, aquele Parque está a ser utilizado, não só pelo Turismo Industrial e também pelos Utentes do Hotel Urgeiriça, ultimamente não tem sido limpo o Parque. Antigamente era a empresa Ecomadeiras que fazia a limpeza desse Parque e neste momento a erva já chega, pelo menos, para não ser exagerado, ao joelho dos Utentes. O que obriga, com facilidade, que algumas espécies possam circular ali, como é o caso das cobras, são vistas já com alguma frequência cobras junto à Lagoa e à parte de entrada. Não sabe se a empresa Ecomadeiras suspendeu o trabalho, mas deve-se ter em conta porque depois numa altura é mais difícil fazer aquele tratamento e depois, ao mesmo tempo, pode prejudicar as árvores, que são pequenas, que estão no meio da erva e que pode danificá-la, portanto, ao passar o fio junto das árvores, o que é que acontece? Tira-lha a casca e tira um bocado aquela circulação da seiva e acaba por danificar o desenvolvimento dessas árvores. Uma vez que estão falar dessa Zona da Urgeiriça, do lado de lá o acesso junto ao Hotel, as obras continuam. Agora começaram a rampear o sítio onde era o passeio. Portanto, na altura, falou-se que aquilo era só uma haver uma correção, mas depois voltaram e já começaram a rampear. O que quer dizer que é cada vez mais sustentável que o acesso desde a Zona da Passagem Superior à parte do Hotel vai-se perder o passeio junto à Linha. Portanto, era bom saber-se, exatamente, se é para manter, ou não porque senão perde-se um bocado ali o passeio e não se justifica porque muitas vezes a gente tem que, normalmente, numa obra pública nunca se avança porque é uma via que é importante. Aquela cratera junto à empresa Cominalta cada vez alarga mais. Quem circula de Mota, de noite, embora haja luz até à empresa Cominalta, se se desviar de um camião, ou de qualquer coisa, ou cai naquele buraco. E um carro é uma pancada. Pode rebentar um pneu. Uma pessoa de mota, ou de bicicleta, pode ter danos superiores. Ele, Vereador Aires Santos, não gostava que isso acontecesse. Ao mesmo tempo, houve uma obra, não sabe, talvez uma avaria nas comunicações nas Quatro Esquinas, onde está uma tampa das comunicações, ele até tirou uma fotografia, também tem ali o alcatrão, portanto, há ali uma altura assim também no piso porque a tampa está mais funda. Gostava que fosse corrigida porque, senão, só pôr alcatrão não chega, pois os carros logo a passar, acabam por o retirar, mas, pelo menos pôr ali uma sinalética de segurança para que se consolidassem aqueles trabalhos. Houve uma situação que o Senhor Presidente também se apercebeu, que para ele, Vereador Aires Santos, foi um espanto e gostava que não voltasse a acontecer, que foi o que aconteceu na Assembleia Municipal quando um Muncipe levantou uma questão de que houve um funeral em que houve dificuldades no enterramento dessa pessoa em que não havia Coveiro, ou chegou atrasado e criou uma certa dificuldade. Portanto, acha que isto não pode acontecer porque ele até disse que foi mais do que uma vez, mas, pronto, atendendo que houve uma vez acha que isto não deve acontecer porquê? Porque as pessoas, quando perdem um ente querido e que faz a última viagem até ao cemitério e depois chega ali e há um compasso de esperam, ou não há Coveiro, ou o coval não está aberto, cria ali um bocado de dificuldade, acha que num momento de dor, as pessoas não podem passar por esses constrangimentos. Ele, quando foi Presidente de Junta, o Funcionário da Junta, o Senhor Dias, a primeira situação que lhe disse: Senhor Presidente, o Senhor a partir de hoje é o Presidente da Junta. Há uma coisa que as pessoas não perdoam. São os cemitérios, os

caminhos e a limpeza. E ele entendeu isso sempre como uma palavra de ordem porque ele, Vereador Aires Santos, também não se sentia bem se fosse um familiar, ele queria-se despedir, ele, no momento de despedida e cria ali um constrangimento. Acha que devem estar muito atentos, tanto mais que as pessoas são responsáveis, porque os lugares de Coveiros estão abertos e existem. Inclusivamente, Canas de Senhorim também tinha um lugar de Coveiro. Neste momento, não está preenchido, que era o Senhor Gabriel. Era Funcionário da Junta, Quando se reformou nunca foi, portanto, reforçado esse lugar. Estas situações podem acontecer mas era bom, que não voltassem a acontecer. Depois, também queria levantar uma situação que nunca falaram aqui sobre ela, mas, se calhar, está na altura da gente também abordar, que tem a ver com os Parques Desportivos. O GDR tem umas condições ótimas, como é o Complexo Desportivo Municipal. Tem uma mais-valia que, muitas vezes, não está a ser utilizada. E ele deu conta, quando foi aquela Conferência sobre o Desporto, que são as pistas e eles, o Município devia dar um bocadinho de atenção ao levantar essa questão de que valorizar as pistas para criar condições porque já sabe que a Casa do Povo de Mangualde faz ali alguns treinos, ter algum cuidado ao utilizar as pistas porque fomenta-se outro tipo de desporto que é o Atletismo. Porque a gente, normalmente, fala-se aqui no desporto de massas, o Futebol, ou outro tipo de atividades, como o Futsal. Portanto, são desportos equiparados. E o Atletismo também existe, também merece o seu espaço e mesmo até mesmo em termos de fomento do ensino e uma vez que temos aquelas pistas, têm, até mesmo, inclusivamente, para o lançamento de peso e obstáculos, é manutenção e proporcionar junto dos Clubes e das Instituições que estão aqui próximo da Comunidade, dizer que existe este Equipamento que pode ser fomentado e trás mais gente e outra atividade e outra dinâmica aqui ao Município. Portanto, era só. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que dava as boas-vindas ao Senhor Vereador Ricardo Borges e que se cumpra aquilo que ele disse. No seguimento das intervenções, só queria referir duas situações. A primeira seria na Área de Acolhimento Empresarial e acha que é importante também realçar, realmente, trazerem também quanto antes tudo aquilo que aconteceu. Mas, antes disso, ele gostava de saber, fazer uma pergunta, se pudesse, dirigindo-se ao Senhor Presidente, ao Senhor Vereador Fernando Silvério: Quantos lotes de terreno ficavam disponíveis na Área de Acolhimento Empresarial para as indústrias se instalarem? Depois, na parte do que disse o Senhor Vereador Aires Santos, na parte da empresa Cominalta, não só chega à empresa Cominalta mas já vem um bocadinho mais para cá também. No nó da Noémia também já há um bocado de iluminação, também já se consegue ver. E não é na estrada que está esse buraco. Tem que se trabalhar aquilo que falou, é verdade, mas não é na estrada. Se alguém passa dentro daquilo é porque vai fora da estrada. Porque, dentro da estrada, não está aberto, nem cratera, nem buraco. Está, realmente, falta de alcatrão no passeio. Não é na estrada. E também a questão dos Coveiros, o Senhor Presidente melhor saberá, mas também não tiveram conhecimento que houvesse nenhum constrangimento, pelo menos não chegou à Autarquia. A questão dos Coveiros é uma questão que vem de há muito tempo porque também gostava de saber quantos Coveiros há no Quadro da Câmara Municipal, nos últimos 4 anos para trás, quantos é que estavam? Não há. Há nas Juntas de Freguesia. E tem sido feito um trabalho, juntamente com as Juntas de Freguesia para que não haja falta de Coveiros. E, por vezes, acontece é que à mesma hora, ou com poucas horas de diferença, há dois funerais e é a mesma pessoa que tem que fazer esse trabalho. E tem que ser articulado. Agora, não pode ser é de outra forma porque os Coveiros, não é a Câmara que vai mandar abrir a cova naquela hora. Quem manda abrir a cova são os Padres. Os Padres é que marcam as horas, de acordo com os familiares, mas os Padres é que marcam as horas. Portanto, só a questão dos Parques Desportivos, o Executivo, em articulação com os Clubes Desportivos, tem tido essa preocupação sempre que há Programas de Apoio para a requalificação dos Equipamentos, tem-os alertado para isso. Só que, infelizmente, não há nenhum Clube Desportivo que tenha



Reunião de 08/05/2023

os Complexos que estão lá. Ainda, nem sequer têm artigo. Nem sequer estão como Complexos Desportivos. E quando é preciso trabalhar nisso depois não há. A primeira parte que ser legalizar tudo aquilo que é de infraestruturas para depois, então, partir para a parte seguinte que é requalificar esses espaços. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, então, indo ao encontro, portanto, das intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia, dirigindo-se ao Senhor Vereador Ricardo Borges, a questão do Centro de Saúde de Nelas, sim, como este, é uma das empreitadas que está, há aqui ainda duas questões que estão ainda por resolver. A primeira, a transferência das competências na Área da Saúde ainda não foi assinada. Portanto, o Executivo já fez na Educação em abril de 2022, no ano passado, a parti de 1 de abril, obrigatoriamente, sem negociação. E no dia 3 de abril deste ano, a da Ação Social. Na Saúde, o Auto de Transferência ainda não está assinado. Há Municípios que já assinaram o Auto de Transferência. O nosso não foi um deles porque enquanto houver margem comercial e, seguramente, algumas coisas, sem ser conseguidas, inclusivé nesta visita esteve, já o referiu várias vezes aqui, o Senhor Adjunto do Ministro da Saúde, o Dr. Eduardo Leal, que tem sido incedível no apoio a alguns constrangimentos que vão aparecendo, nomeadamente, até a titularidade do próprio edifício, ou alguns problemas que existem, até formais, de candidatura por causa do edifício, ou no âmbito do que é a legalização dos terrenos, não só nesses, mas na resolução do problema, quer seja no alargamento do horário, quer seja no funcionamento dos Polos de Saúde das Extensões, quer seja nos Recursos Humanos, tem havido uma recetividade grande e julga que têm caminhado a olhos vistos para a resolução destes problemas e para a sua efetivação. O que quer dizer que tudo que tenha a ver ainda com o edifício, para todos os edifícios, ainda é, para já, da Administração Central, do Estado, não quer dizer que a Câmara não possa, naturalmente, apoiar. Mas não deixa de ser ainda, para já, uma questão da ARS do Centro e não lhes foi ainda solicitada essa intervenção, sendo que as intervenções que lhes têm solicitado de pequenas obras e de pequenas intervenções têm sido também realizadas com o Centro de Saúde de Nelas. Naturalmente, como está nesta fase de impasse da transferência de competências é natural que uma, ou outra coisa, fique um bocadinho mais, se calhar, também não fazem intervenção a ARS Centro porque está à espera para passar a transferência e sabe que obra que está a decorrer, embora, naturalmente, uma, ou outra coisa, possa ser feita de imediato que não seja só até a empreitada estar a ser concretizada. Sendo certo qu esta empreitada, em relação à Educação, o processo está a decorrer. Foi prorrogada a submissão até 30 de junho. E depois ainda decorrerá o processo normal e este estará um processo mais adiantado. No que concerne ao Senhor Vereador Fernando Silvério, as USF,s até são obras estruturais. As que não são ao certo são as Escolas-Sede. Nas Escolas-Sede dos Agrupamentos são muito fechados o que é a Eficiência Energética. Nas Unidades de Saúde Familiar, nos Centros de Saúde, as intervenções já são mais alargadas. É uma pena não poder ser tanto nas Escolas. Os pavimentos, como estava a falar o Senhor Vereador Ricardo Borges, os chãos vão ser todos intervencionados. Portanto, tudo o que tem a ver com os tectos e com as coberturas e com os pisos e caixilharia é tudo renovado. Há até a renovação, ou a criação de um espaço para a higiene oral também. Um espaço que será adaptado para Gabinetes de Atendimento, de Nutricionistas, de Psicólogos, Médicos. A intervenção nas Unidades de Saúde Familiares é mais profunda do que nas Escolas. E, portanto, aí não há problema. Sobre a questão da Área de Acolhimento Empresarial e do CAVES, da Área de Acolhimento Empresarial há uma questão, de facto, que eles disseram e será trazida cá a reunião de Câmara. É verdade

que eles já disseram isso às reuniões, anteriormente, que seria brevemente e ainda não veio a reunião de Câmara, mas vai vir, naturalmente, dirigindo-se ao Senhor Vereador Fernando Silvério, até porque há ali questões que têm a ver com o próprio projeto que estão a ser, devidamente, debatidas com os empresários. Além de que, o Executivo tem aqui uma questão que o Senhor Vereador Fernando Silvério também sabe e o Senhor Vereador Aires Santos também, a Área de Acolhimento Empresarial, a I, portanto, a do lado de Senhorim, basicamente, já não existe em termos do que é o projeto porque eles votaram aqui em reunião de Câmara em maio/junho de 2021, no âmbito do que era a expansão da empresa LusoFinsa e da instalação de uma outra empresa, os lotes para esse efeito e que seriam os lotes que estariam contemplados no lote I, que é da Zona de Senhorim. No que concerne ao outro lote, muitos dos que são os lotes e é isso que será debatido, brevemente, tem a ver que alguns dos lotes são contrapartidas e não são lotes efetivos. Os 6 primeiros lotes do lote II de Vilar Seco, 3 são como contrapartidas e ficariam para o proprietário os outros 3 serão para infraestruturar para depois o empresário e o proprietário depois negociarem. Em abono da verdade, lotes, substancialmente, como disse o Senhor Vereador Artur Ferreira, o Executivo ficaria sem os lotes de Senhorim porque foi feita esta deliberação de reunião de Câmara. E do lado de Vilar Seco, muitos dos lotes não estão ainda sequer tipificados e é isso que está a ser trabalhado nesse sentido. Sobre o CAVES, sobre o CAVES, as reuniões feitas com o empreiteiro era no entendimento de que o que foi chegado ao Executivo, sabe bem que tenta-se não utilizar essa argumentação. Não, de todo faz sentido, mas o empreiteiro o que lhes disse foi que havia aqui alguns constrangimentos do que era o processo original, ou o projeto original e o valor que estava associado e que teria uma expectativa de que podia haver, de alguma maneira, já que o valor da empreitada era, substancialmente, inferior, apesar dos redimensionamentos e das reprogramações, que foram três, do próprio projeto. E, portanto, é isso que está em cima da Mesa. Além de que havia ali uma questão, que era importante no CAVES, que serviria para alojar as próprias Associações e no decorrer da própria empreitada, por exemplo, há problemas do próprio projeto sobre o palco. O palco não está dimensionado para a sua atuação das Associações. É verdade que lá está também no projeto a projeção de um palco, de um palco móvel. Mas um palco móvel que, em abono da verdade, poderá não resolver todas as questões. E este palco móvel está no projeto, mas não está no seu financiamento. E é importante ainda dar, na Projeto CAVES que tem a ver com a parte do financiamento do Turismo de Portugal, que há um financiamento do CAVES de 400.000,00 euros e que a informação que o Executivo tem tido é com o esclarecimento porque o valor poderá ser proporcional ao que era o projeto original. Ou seja, o projeto original era um apoio do Turismo de Portugal ao CAVES de 400.000,00 euros. E esse valor de 400.000,00 euros era para o projeto original de 1.600.000,00 euros. E, portanto, o Turismo de Portugal pediu esclarecimento sobre essa taxa com o redimensionamento e o Executivo manteve na mesma do que, independentemente, do que era, ou que pudesse ser, a percentagem de financiamento. O que o Executivo falou foi, no empreendimento, no seu todo. Mas será, naturalmente, encontrada solução para o efeito. Naturalmente, não com essa celeridade, mas, como o Senhor Vereador estava a falar, mas, desde que foi submetida a candidatura, a aprovação de candidatura e tudo que tem aí derivado na resolução das questões, ele, Senhor Presidente, julga que chegarão a bom porto com as negociações que foram efectuadas. Em relação ao Senhor Vereador Aires Santos, as recomendações diversas que fez, naturalmente, serão tidas em linha de conta. Ele, Senhor Presidente, deixaria aqui a questão da empresa Cominalta do passeio, o Senhor Vereador Artur Ferreira já lhe falou sobre isso. Em relação à Modernização da Linha da Beira Alta, da parte de se acautelar o passeio, muito do que é o projeto já está contemplado. Há algumas correções a fazer. Tem havido reuniões regulares com a IP, que é o Dono de Obra e irá ser realizada ainda esta semana mais outra reunião. Reúnem com regularidade com a IP por causa do acompanhamento, inclusivé, para algumas questões que não estavam, os Senhores Vereadores também estiveram presentes, com o Senhor Eng.º Carlos Fernandes, que é o Vice-Presidente da IP e o Responsável da empreitada de Modernização da Linha da Beira Alta, com algumas questões que não estariam contempladas no projeto e que o Executivo



Reunião de 08/05/2023

gostaria que fossem colocadas, novamente, em cima da Mesa, nomeadamente na Passagem Superior da Urgeiriça, a resolução da questão da Lapa do Lobo, ou da Zona Industrial de Nelas. Portanto, um conjunto de questões que estão em aberto da parte do Executivo que tem a recetividade das Infraestruturas de Portugal. Sobre a questão dos funerais, dos Serviços o Executivo não tem nenhuma informação. Ele, Senhor Presidente, não está a dizer que não foi feito. Não podem é dizer ao Senhor Vereador Aires Santos que não volta a acontecer uma coisa que o Executivo não sabe, de certeza absoluta se aconteceu. Para ficarem com uma ideia: Neste momento existe um Coveiro da Câmara e existem também dois Funcionários nas Uniões de Freguesia de Carvalhal Redondo/Aguieira, um e outro de Santar/Moreira e tem sido feito com o cruzamento, dependendo também das alturas. Houve alturas com vários funerais muito próximos e tem sido feito isso e o recurso até a uma Avença externa para, de alguma forma, também ajudar a resolver a situação. Já que falam sobre isto, há muitos Municípios que estão a avançar para outras questão que é, eventualmente, deixar isso na parte das Agências Funerárias e também das Famílias, precisamente por nesta questão não estar tipificada a figura de Coveiro nos Quadros de muitos dos Municípios, embora não seja, naturalmente, uma questão pacífica, nem nada que se pareça, mas, para já a resposta tem sido dada. O Executivo questionou outra vez os Serviços. O Senhor Vereador também tem informação sobre isso. Não há nada que lhes tenha chegado. Não está a dizer que não aconteceu. Está a dizer que não chegou nada nesse sentido. Sobre as Instalações Desportivas, as Instalações Desportivas estão elas todas a precisarem também de bastantes intervenções. Têm um Estádio Municipal com problemas estruturais do próprio relvado. Há também da iluminação, mas, em particular, do próprio relvado. E também no que é, do edificado, a parte da Eficiência Energética, Têm questões também para resolver com o Sport Vale de Madeiros e Benfica, até com o Estádio do Sport Vale de Madeiros e Benfica e a propriedade e até a utilização enquanto Estádio que o Executivo está a regularizar isso. Têm a questão do Sporting Clube de Santar. O Sport Lisboa e Nelas e o Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim também têm essa pretensão, mas a do Sporting Clube de Santar já é de há mais tempo de ter resolvida a questão de ter um sintético porque, em abono da verdade, os processo de crescimento, tanto do Sport Lisboa e Nelas, como do Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim, fazem sentido, mas já têm equipamentos com relva. O Sporting Clube de Santar não tem e tem que se ter essa atenção. Há a questão do Pavilhão Municipal, desde questões de Eficiência Energética, de infiltrações, que também tem que ser visto. Ou das Piscinas Cobertas, entre outros Equipamentos. E mesmo na Piscina Descoberta, um problema estrutural que também tem com a água e com a sua parte estrutural. Diria que, basicamente, entendem também, naturalmente, que a requalificação dos espaços fará sentido numa dinâmica em que a prioridade tem que ser com o que existe atualmente e o que é servido. Naturalmente que a pista seria, naturalmente, interessante de fazer isso e equacionável, independentemente de ser utilizada, ou não, pelo Desporto Escolar, uma vez que o Município não tem, de momento, nenhuma Associação que esteja a fazer o usufruto dela. E há no Parque Desportivo outras intervenções também muito prioritárias para fazer nessa matéria. Deu a palavra ao Senhor Vereador Aires Santos. -----

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes dos Santos afirmou que o Senhor Presidente só não abordou a limpeza do Parque Urbano da Urgeiriça. E, ao mesmo tempo, também aproveita para dizer ao Colega Vereador Artur Ferreira que, conforme ele abordo, ele diz que não é na faixa de rodagem, na estrada. Ele, Vereador Aires Santos, conhece e pode-lhe

dizer que é concordância da curva. E, mesmo que ele diga que é dentro do passeio, o passeio faz parte da via pública. Então, ainda é mais grave para cair num buraco. -----
---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério.-----
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que ainda consegue ficar surpreendido. Ainda consegue ficar surpreendido. Faz-lhe aqui uma questão concreta acerca das Áreas de Acolhimento Empresarial, os constrangimentos que tem e que teve, os problemas, porque é que a obra está parada e a resposta é pergunta-lhe quantos lotes estão previstos. Pergunta-lhe quantos lotes estão previstos. Uma obra que foi financiada, uma obra que foi adjudicada, que foi consignada, que todos eles reconhecem a sua importância E a resposta que o Senhor Vereador Artur Ferreira tem para ele é perguntar-lhe quantos lotes tem a Área de Acolhimento Empresarial. Ainda continua a ficar surpreendido. Relativamente ao CAVES que o Senhor Presidente deixasse que lhe dissesse e se procurar aí na sua documentação relativamente aos 400.000,00 euros, existe uma comunicação formal do Turismo de Portugal, daquilo que ele, Vereador Fernando Silvério, tem conhecimento, que esses 400.000,00 euros estavam garantidos mesmo com o investimento de oitocentos e tal mil euros, que é o valor do investimento. E o Senhor Presidente fala aqui do CAVES. Não diz nada de novo. Não adianta nada de novo. Mas o que ele, Vereador Fernando Silvério, lhe pode dizer e fala aqui do palco, mas o que ele, Vereador Fernando Silvério, lhe pode dizer é que, quer o palco, quer todas as infraestruturas que estavam previstas dar guarida às Instituições de Santar, todos este projeto foi desenvolvido com a colaboração dessas Instituições. Agora, se lhe diz que o palco é pequeno, se é grande, o que ele sabe é que na altura, no desenvolvimento desse projeto, ele foi construído também com a colaboração dessas Instituições. Agora, se lhe vem dizer que o palco é pequeno, ou grande, não lhe diga que não faz a obra porque o palco é pequeno. Bom, as suas respostas é mais do mesmo. Não trás nada de novo em termos concretos. Ele, Vereador Fernando Silvério já lhe disse que se há problemas que dissesse quais são os problemas que encontrou e vão resolvê-los juntos. Agora, não pode é ter sempre esta atitude passiva de chegar aqui reunião, após reunião e o Senhor Presidente não está aqui há meia dúzia de dias. Já aqui há 19 meses, ou por aí. E as suas respostas têm sido sempre estas. Têm sido sempre estas. Nada de novo. E o Senhor Presidente se encontrou um problema, diz: Olhe, encontrei este problema porque não ficou resolvido, o projeto estava mal concebido. Há este constrangimento. Que dissesse aqui na reunião de Câmara. Agora, aquilo que o Senhor Presidente aqui vem dizer é uma mão cheia de nada. Nada. Com investimentos importantíssimos para o Concelho, importantíssimos. Ele, Vereador Fernando Silvério, sabe que foram financiados, foram adjudicados e consignados, com prazo de execução. E volta-lhe a dizer, nomeadamente na Área de Acolhimento Empresarial, que não se lembra ter vindo a reunião de Câmara nenhuma prorrogação do prazo. Nenhuma. Agora, não pode dizer é perguntar aos Vereadores se sabem quantos lotes estavam previstos. Acha que isso denota e também quer dizer o seguinte para terminar, isso denota a forma como abordam estes assuntos. Denota a forma como abordam estes assuntos importantes para o Município, reconhecidos por todos eles. Mas a forma de abordar estes assuntos. E mais importante: de lidar com eles. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. -----
---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, então, se calhar, respondia um bocadinho ao Senhor Vereador Fernando Silvério. Portanto, o Executivo tem lotes disponíveis na Área de Acolhimento Empresarial para o Município de Nelas vender a empresas, 4 lotes, 4. Estão 34 no Lote I e eram 12, se não está em erro, no Lote II, 34 no Lote I e depois mais 12. Portanto, desses, estão 4 disponíveis para o Município de Nelas. A Área de Acolhimento Empresarial acha que deve vir aqui a reunião de Câmara com outros assuntos que estão lá inseridos. Mas esta é uma verdade. E há outros que, depois, eles trarão. São 4 lotes. A Área de Acolhimento Empresarial foi anunciada em 2017 como sendo a obra para fazer, tudo certinho, em 2017. Foi adjudicada no final de 2021, pensa ele, Vereador Artur Ferreira. Portanto, esteve 3 anos,



Reunião de 08/05/2023

ou 4 anos, parada a obra. Ele quer dizer é isso: Se eles estão aqui há 19 meses, é certo com uma obra que foi adjudicada e preparada pelo anterior Executivo para fazer, para ter 4 lotes disponíveis para Área de Acolhimento Empresarial, 4 lotes. Vão gastar 4 milhões de euros. Quatro lotes disponíveis para a Área de Acolhimento Empresarial. É um milhão de euros para cada lote. Os outros estavam cedidos para empresas. É a verdade que ali está. E se lhe derem dois minutos, ele vai ali buscar o Projeto, que está ali o Projeto. Quatro lotes de terreno livres que tem a Área de Acolhimento Empresarial para ceder a empresas, 4. Metade dos lotes eram e bem para a empresa LusoFinsa. E outros seriam para a empresa PRECO, a famosa empresa PRECO que era para ser instalada em três áreas. Para não falar de outras. Por acaso, hoje trouxe aqui uma situação, para não falar noutras. Ele vai explicar as coisas. Por acaso tinha aqui um folheto, não sabe onde é que o pôs. Está aqui. Que olhasse, por azar trouxe isto hoje. Podem falar na empresa Batista & Filhos. Podem falar na empresa Endopure, na empresa Só Sabão. Podiam falar em várias empresas que estão aqui. Estão aqui todas. Por acaso, hoje trouxe isto. Estão aqui todas. Portanto, só estas aqui não chegavam para os lotes que tinham disponíveis ali. Mas isso é a importância que eles dão às coisas. Eles dão a importância às coisas nesse sentido. E a Área de Acolhimento Empresarial será trazida a esta reunião de Câmara, como disse o Senhor Presidente e bem e será falado de tudo que for necessário falar. Do CAVES, para conhecimento do Senhor Vereador Fernando Silvério, já disse uma vez isso, mas volta-lhe a dizer: Foi feito um pedido de pagamento ao CAVES, apenas, por este Executivo e o valor que veio do pedido do pagamento do CAVES foi 25,42%, que é o que está estabelecido no Protocolo que foi assinado pelo anterior Executivo. E o Executivo questionou qual é o valor para ser participado, se é 25,42% de cada pagamento que seja feito, ou se é sobre os 1.600.000,00 euros que é para receber os 400.000,00 euros. E, até agora, o Turismo de Portugal não lhe deu resposta. O que lhes participaram foi 25,42%, que é o que está no Protocolo assinado com o Turismo de Portugal. -----
---- O Senhor Presidente afirmou que só gostaria de pedir uma coisa aos Senhores Vereadores e ao Distinto Público que haverá tempo para toda a gente se pronunciar. Aos Senhores Vereadores dará a palavra a toda a gente naturalmente que queira falar. No final da reunião há a Intervenção do Período do Público. E agradecia que fosse respeitado. Sobre a questão da Área de Acolhimento Empresarial e do CAVES, julga que o Senhor Vereador também falou nisso, na questão do Turismo de Portugal. O documento, também, do Turismo de Portugal, a interpretação que ele, Senhor Presidente, tem é que é a participação de 25%, embora o Executivo continue a dizer a mesma coisa, que a participação é para a empreitada e é, naturalmente, isso que teriam que fazer. Portanto, sobre a questão dos lotes, ou não, há uma questão que todos eles sabem, o Lote n.º I, do lado de Senhorim, foi aprovado no mandato anterior por toda a gente, também por ele, enquanto Vereador e pelos Senhores Vereadores, do Senhor Vereador Aires Santos e do Senhor Vereador Fernando Silvério, eles os três estavam cá. E, portanto, votaram a cedência dos lotes à empresa LusoFinsa e a uma outra empresa que não se instalou. E, portanto, esses lotes já estariam comprometidos nesse sentido. E há o assumir do Município perante isso. E, naturalmente, o Município vai honrar o compromisso com a empresa LusoFinsa, se a empresa LusoFinsa assim o entender. Foram os lotes que estavam nessa componente do acompanhamento da Área de Acolhimento Empresarial. E, então, deixam, se calhar, na próxima reunião de Câmara a Área de Acolhimento Empresarial, com os lotes e com o projeto e, inclusivé, depois com todas as questões que sejam estas, para esclarecer, dos lotes que havia, dos lotes

que não havia, do que foi feito. Mas, sem dúvida alguma, fica já agendado para a próxima reunião de Câmara, dirigindo-se ao Senhor Vereador Fernando Silvério. Deu-lhe a palavra. -

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que agora não fica surpreendido depois desta intervenção do Senhor Vereador Artur Ferreira, as notícias que têm das opiniões dos empresários e de quem quer investir aqui no Município, a forma como este Executivo e está agora a falar para todo o Executivo, lida com os empresários, com investimento, não o admira agora e não fica nada surpreendido. Se é desta forma que abordam estas questões tão importantes para a economia local e para o Concelho e para a vida das pessoas, não fica surpreendido. E o Senhor Vereador Artur Ferreira fala aqui com uma ligeireza que a ele, Vereador Fernando Silvério, com as funções que está e com a responsabilidade que tem falar aqui com esta ligeireza, quatro lotes, um milhão de euros por lote, é uma coisa importante. Já não é a primeira vez que lhe diz, dirigindo-se ao Senhor Vereador Artur Ferreira e com toda a bonomia. Tem que estudar melhor as coisas para poder cá falar, como é óbvio. E não é trazer aqui um papel a fazer esse número. Por isso, não se admira nada e, infelizmente, diz-lhe e, infelizmente, as notícias que têm tido de alguns empresários que querem investir no Município e da perceção que as pessoas já têm da atuação deste Município no que diz respeito à forma como lida com investimentos e com obras e com investimentos. E essa intervenção do Senhor Vereador Artur Ferreira veio comprovar isso mesmo. É de uma ligeireza para quem assume estes cargos, para quem assume esta responsabilidade que, de facto, e fala-lhe aqui nos investimentos do PT 2030, dirigindo-se ao Senhor Vereador Artur Ferreira, e dos projetos e dos investimentos, ele, Vereador Fernando Silvério, até tinha algum cuidado a falar acerca disso porque, não estava cá na anterior reunião, mas esteve cá o Senhor Vereador, falaram aqui acerca dos investimentos que foram garantidos e o que tem sido feito no Município de Nelas. E quando veio cá a Senhora Ministra Ana Abrunhosa, aquilo que ele ouviu, foi ela a elogiar o anterior Executivo dos 4 anos ter garantido o financiamento que garantiu para o Município de Nelas. Era isso que o Executivo também devia ter alguma humildade nesse sentido porque agora vem falar de aqui 4 lotes para o Município, um milhão de euros por lote. Dirigindo-se ao Senhor Vereador Artur Ferreira, o que ele, Vereador Fernando Silvério, sabe e todos os que vieram para esta Mesa discutir as coisas, o que ele, Vereador Fernando Silvério, sabe é que houve um projeto e o Senhor Vereador Artur Ferreira ainda não sabe, todo esse processo como é que se constrói um projeto para garantir financiamento, os projetos de execução, os concursos que ainda agora há bocadinho o Senhor Presidente disse que oxalá que apareçam empresas a concorrer, os concursos, a adjudicação, a consignação, o facto é que isso foi tudo, dirigindo-se ao Senhor Vereador Artur Ferreira e foi tudo e foi feito. E se o Senhor Vereador Artur Ferreira estudar um bocadinho o processo sabe como foram as coisas. Agora, vir aqui sempre com essa justificação, porque isto não é justificação. Não tem justificação, nem atenuantes. Que desculpasse. O que eles sabem é que a obra já está parada não sabe há quantos meses, 8 meses. E o facto é que a esta reunião de Câmara ainda não veio nenhuma justificação plausível, nenhum documento invocado por ninguém, para isso. E, depois, não tentem confundir as pessoas. Eles estão a falar daquela parte da Área de Acolhimento Empresarial. O que os Senhores estão a falar que foram cedidos à empresa LusoFinsa e ele, Vereador Fernando Silvério, também votou, foi do outro lado. Convém dizer isto. Ele, Vereador Fernando Silvério, está a falar de outra coisa. O que ele está a falar é daquilo que estava perspetivado e projetado, onde as obras iniciaram e que há 8 meses, imagina que sejam mais, mas há 8 meses que estão paradas. Estão há mais. Há 8 meses que estão paradas. E o facto, dirigindo-se ao Senhor Presidente e esta é que é a verdade, pelo menos a sua verdade, a verdade dos factos é que até ao dia de hoje o Senhor Presidente não trouxe a esta Mesa nenhum documento, nenhuma justificação, invocada por ninguém, para justificar as obras que estão paradas. Esse é que é o facto. E anda a dizer isto, que vai trazer, que vai trazer, que vai trazer e traga e discutem as coisas olhos nos olhos, como é óbvio, como elas devem ser discutidas. Mas agora, porquê? Porquê? Porque no final do dia é um prejuízo para o Município. E volta-lhe a dizer: Não fica surpreendido, infelizmente. Gostava de ter ficado,



Reunião de 08/05/2023

mas não ficou. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----
 ---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. -----
 ---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que era só para reafirmar que falar com os empresários, ou trabalhar com os empresários, graças a Deus não foi preciso pedir para a Câmara Municipal para fazer isso. Tem o seu passado para trás e sabe como é que se fala com os empresários, como é que se ajuda os empresários e como é que se trabalha com os empresários. -----
 ---- O Senhor Presidente afirmou que, então, para encerrarem este ponto, só dizer duas coisas. A Área de Acolhimento Empresarial fica para a próxima reunião de Câmara. Dizer só duas coisas também, tão simples quanto isso, embora concorde e perceba que esta questão cause alguma celeumilidade, mas ele, de qualquer maneira, deixa só isto da Área de Acolhimento Empresarial: Submissão da candidatura: 31/05/2016; Aprovação da candidatura: 06/09/2017; Abertura do procedimento: 23/04/2021; Contrato: 25/06/2021; E Consignação: 10/09/2021. Portanto, um hiato temporal razoável. No CAVES: Submissão da candidatura em 17 de agosto de 2017; Aprovação da candidatura em 24 de outubro de 2017; Abertura do procedimento: 19/11/2020; Contrato: 03/03/2021. E, dizer, naturalmente, então, que esta questão, para já, está esmiuçada, deixando, naturalmente, para o ponto, somente, para esta questão da Área de Acolhimento Empresarial e do CAVES, para a próxima reunião de Câmara. Posto isto, passariam, então, ao Período da Ordem do Dia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – ÓRGÃOS DA AUTARQUIA

1.1.DISSCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2023

---- O Senhor Presidente perguntou aos Senhores Vereadores se tinham algum aditamento, ou alguma correção. Perguntou aos Senhores Vereadores se havia algum reparo, ou alguma questão que queiram ver corrigida, ou acrescentar. Não havendo, punha à votação. -----
 ---- A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos a favor do Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral e dos Senhores Vereadores Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, Fernando António Pais Silvério, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Aires Manuel Antunes dos Santos e Rui Pedro Silva Marques e uma abstenção do Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges, aprovar a ata da reunião ordinária anterior, realizada em 19 de abril de 2023. -----
 ---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Ricardo Borges se absteve em virtude de não ter estado presente na reunião a que a ata se refere uma vez que tomou posse hoje. -----
 ---- O Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges afirmou que queria deixar uma nota que, relativamente à Convocatória dessa reunião, acha que foi a primeira reunião a que recebeu uma Convocatória, também relembrar o Executivo que há prazos e que era-lhe impossível estar presente no dia 19 de abril porque foi informado no dia 18 de abril, às 5v horas da tarde, ou 6 horas da tarde, via telefone, nem estava no Município. Portanto, também dar nota que os prazos são para cumprir e que isso facilita o bom funcionamento deste Órgão. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Ricardo Borges que foi isso que os Serviços fizeram. -----

---- O Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges continuou: Mas deixar essa nota que era-lhe impossível, de todo, estar presente. -----

----- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Ricardo Borges que, com certeza que sim. Estes procedimentos têm aquelas questões dos tempos para cumprir. E os Serviços fizeram tudo que era para fazer, inclusivé, aliás, até há uma interpretação que, antes da aceitação, não deveria seguir os documentos. O Executivo aligeirou o assunto para torná-lo mais rápido e foi resolvido. Agradeceu ao Senhor Vereador Ricardo Borges pela sua intervenção. -----

2 – OBRAS PÚBLICAS

2.1.PROGRAMA PORTUGAL 2030 – CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente afirmou que eles tinham falado aqui nesta questão, agora com um outro dado mais concreto. Naturalmente, ouvir também a parte da participação dos Senhores Vereadores. Como é do conhecimento público, foram atribuídos 118 milhões de euros à Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. Foi feita, na reunião onde não esteve presente e depois continuada na reunião da semana anterior a parte depois que não é consensual, naturalmente e já tiveram também eco disso, da distribuição, ou o método da distribuição da almofada financeira e acabou por prevalecer o que era o mesmo modelo do Portugal 2020 baseado na questão do FEF e o mecanismo, digamos assim, de solidariedade de 10%. E, portanto, o valor que, com essas tipologias, cabe ao Município de Nelas são 5.329.428,80 euros. E, neste momento, agora é no que são os itens que há todos da CIM, colocar lá as pretensões da Autarquia numa primeira fase. Numa segunda fase, haverá uma discussão na CIM porque as próprias CIM,s também têm tectos, o que quer dizer que, eventualmente, suponhamos que no Ciclo Urbano da Água em baixa, o Município de Nelas e os outros Municípios têm uma certa dotação orçamental. Se for ultrapassado o montante que é atribuído à CIM, os outros Municípios terão que se entender entre eles sobre esse montante. Portanto, o que eles andam aqui a tentar também, de alguma forma, fazer esse debate sobre a intervenção e também ouvir a opinião dos Senhores Vereadores, que irá também à Assembleia Municipal, conforme foi prometido. Sendo que, obviamente, estes valores, há aqui uma nuance, como ele falou no Período de Antes da Ordem do Dia porque tinha a ver com o investimento nas Escolas que, no início era para ser um financiamento à parte do valor negociado para as CIM,s e que, neste momento, essa questão ainda não estará, completamente, resolvida, o que pode deixar aqui, eles falaram isso, inclusivé, na última reunião de Câmara, algum constrangimento uma vez que o financiamento, o valor dos 5.329.428,80 euros é o montante de 85% do investimento. Ou seja, os remanescentes, os 15% são da responsabilidade dos Municípios, do nosso, mais concretamente, mas esta é a parte da comparticipação dos 85%. Sendo que as Escolas se, eventualmente, não ficarem fora do PACTO, estão a falar num valor de 3.815.000,00 euros, o que depois daria pouco mais de 1.500.000,00 euros, não chegaria para o remanescente investimento. Portanto, como é óbvio, o Executivo está com as CIM,s, ou as CIM,s estão a diligenciar todas as negociações para que este financiamento fique de fora do pacote da transferência financeira do Portugal 2030, uma vez que depois terão que, se calhar, obviamente, reequacionar isto e ver bem porque se tiver que ser a Requalificação das Escolas, se ficar dentro deste pacote financeiro, estão a falar de mais de $\frac{2}{3}$ do investimento ficar só para a Requalificação das Escolas. O que não quer dizer que tenha que ser feito, obviamente. Mas terá que ser, naturalmente, também amplamente debatido porque é um Programa que os vai, de alguma forma, orientar durante o próximo Quadro Comunitário e, seguramente, não até 2027, mas conhecendo como funcionam os Programas até 2030 e, portanto, merecerá, naturalmente, o maior consenso possível. Sendo que, naturalmente, eles aqui falaram já do que seriam as Linhas Orientadoras, no que será a Eficiência Energética. Há um desinvestimento grande num investimento que havia no PARU, na regeneração e na requalificação urbana, com uma



Reunião de 08/05/2023

dotação muito ínfima. E, portanto, o que está aberto em termos de Quadros, o Executivo não se candidata a Linhas Orientadoras que ele queira, mas há Linhas já, previamente, definidas. E nestas Linhas, previamente, definidas, terá que fazer a candidatura. Há uma aposta clara em 4, ou 5 vetores que passa a dizer: Na Eficiência Energética, claramente que tem a ver com o edificado municipal, desde logo os edifícios, os equipamentos desportivos, tudo o que é o edificado no sentido de mitigar os custos elevados da fatura energética. E também porque é a única rubrica, ou o único Plano de Ação onde o Executivo se possa candidatar para no que é a Eficiência Energética poder fazer a intervenção em alguns equipamentos como, por exemplo, fechar o Parque Escolar. E o fechar o Parque Escolar é Requalificar o Jardim-de-Infância de Canas de Senhorim e de Vale de Madeiros que não ficaram contemplados nos projetos anteriores. Concluir a intervenção no Jardim-de-Infância e Escola do Primeiro Ciclo de Vilar Seco. Também no Jardim-de-Infância de Senhorim fazer a intervenção. E também no Jardim-de-Infância e Escola do Primeiro Ciclo de Aguieira para intervenções que tenham que ser feitas. Portanto, estão a falar de cinco estabelecimentos. Estão a falar, por exemplo, dos edificados, desde a Câmara, o Edifício Multiusos, as Piscinas Cobertas, o Pavilhão, o Cineteatro. Um conjunto de edificados para requalificar, por um lado, aproveitar esta Linha de Financiamento que é feita. E mesmo sobre a orientação da Eficiência Energética podem fazer requalificação desses espaços. Ele, Senhor Presidente, diria que é o montante mais significativo. Diria que, provavelmente, uma afetação de os valores ponderáveis nunca serão os ideais, mas, sensivelmente, 1.500.000,00 euros, sendo que não será um valor excessivo, mas já lá vão, desses 85%. Que os Senhores Vereadores não se esquecessem desses valores dos 85%. Ainda no Ciclo Urbano da Água em baixa, substituir o que é o fibrocimento e a intervenção e fazer também da parte do saneamento, em particular, da conduta, já que não é intervencionada desde finais dos anos 60, início dos anos 70 e que tem ainda muito de fibrocimento na sua conduta e também é uma questão de Saúde Pública. É uma conduta que vem do depósito de água, do antigo e que tem que ser intervencionado. E há um valor de um empréstimo feito para saneamento e para água também. Mas, manifestamente, não é o valor necessário. Uma intervenção destas é uma intervenção mais profunda e tem uma implicação não, somente, na Freguesia de Nelas, mas no que é o abastecimento de água em baixa para todo o território e para todo o Município. Dizer ainda que há uma estimativa de cerca de 700.000,00 euros neste investimento muito à semelhança do que é um Estudo que já existe para fazer esta empreitada. Dizer ainda que também há a ideia de, com as ETAR,s, tentar fechar o Ciclo Urbano da Água com a parte do que é do saneamento, com as ETAR,s, em particular, da Freguesia que não foi contemplada, que é o caso da Freguesia de Senhorim, onde temos muitas fossas sépticas, não só lá, mas também. Temos 38 no Concelho inteiro. Porventura, não dará para resolver tudo. Mas há um Protocolo feito no sentido de, eventualmente, se conseguir arranjar soluções para o efeito. Mas seria também uma Linha Orientadora do financiamento. Dizer ainda que nos Equipamentos Desportivos, falaram nisso há pouco, há uma necessidade de fazer intervenção nos Equipamentos Desportivos, desde o Parque das Piscinas, das Cobertas e das Descobertas, no Pavilhão Municipal, no Campo Municipal também, no apoio que possa ser dado também ao Parque Desportivo do Concelho, na gestão, valorização e conservação do Património Cultural, um valor mais residual. E, portanto, estas intervenções, ou estas Linhas de Intervenção seriam as que o Executivo teria e gostaria de colocar como as Linhas grandes de Intervenção. Dizer, naturalmente, que, para além do Portugal 2030, há ainda a decorrer o PRR e vai haver outras Linhas de Financiamento que abrirão a concurso, como houve com

as Unidades de Cuidados de Saúde Primárias, com as USF,s no PRR e como houve também, recentemente, nas Escolas com o PT 2020, remissivo para outros Fundos de Coesão. E da informação que há da CCDR, será da mesma maneira. Há uma gestão diferente agora do processo. O PO SEUR fica descontinuado a partir do dia 31 de dezembro. Fica concluído. Passa o que são as candidaturas para as Comissões de Coordenação, no nosso caso, da Comissão de Coordenação da Região Centro. E, portanto, são estas, digamos assim, as grandes Linhas de Intervenção do que é o financiamento do Portugal 2030, ainda condicionado à questão do financiamento das Escolas. E, portanto, este mês haverá essa conclusão. E, portanto, hoje ficariam aqui também para ouvir os contributos e como eles já tinham falado da questão do PT 2030 e do acomodar também nesta que é a Linha de Financiamento que foi atribuída ao Município de Nelas. E, portanto, daria a palavra a todos os Senhores Vereadores e Senhora Vereadora, Senhora Vice-Presidente, que queiram, naturalmente, opinar e dizer de vossa justiça também. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, muito rapidamente também, já todos tinham essa noção e também já tinha referido aqui em reuniões anteriores, cada vez mais a importância das CIM,s, estas Entidades Intermunicipais, no que diz respeito aos investimentos. E, naturalmente, os Municípios terem uma presença forte nessas Entidades porque só com uma presença forte é que, de alguma forma, conseguem defender os interesses do Município. E, cada vez mais e isto está-se a verificar, digamos assim, essa relevância da CIM. E, naturalmente, o Município de Nelas não pode deixar de ter um papel interventivo nisso, como é óbvio. E essa questão dos 5 milhões de euros, naturalmente que o preocupa. Que o preocupa no sentido que pode ser, digamos, acoplados já a estas obras que estão previstas, pensadas. Preocupa e insta o Senhor Presidente, na CIM, porque, relativamente à representação exterior, externa, do Município, nunca o ouvirá dizer nada que enfraqueça a posição do Senhor Presidente. Mas, insta o Senhor Presidente, nestas Instituições, nomeadamente, na CIM, a ter uma palavra forte no que diz respeito ao Município de Nelas. Ele, Vereador Fernando Silvério, tinha aqui uma questão e uma consideração para o Senhor Presidente. O Senhor Presidente fala aí acerca da conduta da água. Estão a falar da conduta desde o depósito até às Quatro Esquinas. Mas, pelo menos, até às Quatro Esquinas. Não, a conduta da água até aos Correios já está até lá em cima à Rotunda. -----

---- O Senhor Presidente informou o Senhor Vereador Fernando Silvério que falta a parte deste o Escanção até lá em cima à Rotunda. Falta fazer até às Quatro Esquinas. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: que era, então, até às Quatro Esquinas. Ele está a balizar, então, o que ele quer dizer, do depósito da água até às Quatro Esquinas. Porquê? Porque eles têm ali um problema que todos eles reconhecem, ali na Zona do Pomar, grave, gravíssimo. E o que vem aí, relativamente à falta de água, à escassez de água e às numerosas ruturas que isso proporciona ali naquele espaço. E o facto é que o anterior Executivo deixou, através de empréstimo, 200.000,00 euros consignados, 270.000,00 euros consignados para essa obra. O Executivo anterior teve o ónus de pedir esse empréstimo para realizar essa obra. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que o facto é que, até ao momento e já lhe foi questionado várias vezes isso e, nomeadamente, em Assembleia Municipal e o Senhor Presidente diz que aquilo tem que ser uma intervenção mais profunda. O facto é que ele, Vereador Fernando Silvério, não vê, em termos práticos, não se apercebe que haja elementos novos, ou que vão de encontro às palavras do Senhor Presidente. E o facto é que a Câmara tem disponíveis 270.000,00 euros, naturalmente. Ele, Vereador Fernando Silvério, não faz ideia em quanto fica a obra. Mas sabe que no empréstimo que foi realizado foram consignados 270.000,00 euros para aquela obra. E ele gostaria de perguntar-lhe se o Senhor Presidente já pediu para que fosse realizado um Estudo, um Projeto, porque isto já é uma situação que se arrasta. O anterior Executivo deu um primeiro passo que foi arranjar financiamento e ele gostaria de saber se o Senhor Presidente já pediu para que fosse feito um Estudo, um Projeto, para perceberem também de que é que estão a falar, de qual é o investimento que estão a falar. Outra questão também que



Reunião de 08/05/2023

o Senhor Presidente falou aí e que ele, Vereador Fernando Silvério, não percebeu, realmente, não percebeu, não ouviu porventura foi ele que não ouviu, que fala aí em 700.000,00 euros, que já existe um Estudo de 700.000,00 euros. Perguntou qual é o investimento que está previsto com estes 700.000.00 euros. É que ele, realmente, não percebeu. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Fernando Silvério. Perguntou se mais algum dos Senhores Vereadores se queria pronunciar. Deu a palavra ao Senhor Vereador Aires Santos. Perguntou-lhe se era também para contribuir para o PT 2030. -----

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes dos Santos agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que o Senhor Presidente, na parte final, abordou sobre o investimento cultural que seria residual e queria saber, portanto, qual seria a estratégia e quais seriam as linhas programáticas nessa ação, dadas as características do Concelho. -----

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, em relação aquilo que o Senhor Presidente apresentou, naturalmente, está de acordo com o que foi feito e elaborado. Acha que têm aqui mais uma situação. Quem tem força não é a CIM, ou a CIM também não tem muita força porque lhe dão aquilo que tem. Quem tem força é quando vem de cima para diminuírem os valores que vêm para as CIM,s. E não é falar mais forte, ou menos forte, na CIM, que vão ter mais, ou menos dinheiro. Quando é distribuído o dinheiro do Governo, vamos falar as coisas claras, do Governo para os Interiores, os valores é que não chegam cá. Estão a falar de 118 milhões de euros que é, se calhar, um décimo daquilo que é investido em Lisboa, ou no Porto, ou em Coimbra. Portanto, quando cá chega já vem esmiuçado tudo. Aliás, há uma obra para a Região de Leiria, acha que é a Linha do Oeste, agora também não tem presente, que só essa obra são 49 milhões de euros, 49 milhões de euros especificamente para aquela obra. Portanto, eles estão a falar de metade do valor que vem para a CIM para os Municípios todos. Mas, naturalmente, acha que eles têm que reivindicar ainda mais. Não é isso que está em causa, na CIM. Agora, só queria fazer aqui, por acaso hoje trouxe as cábulas todas. Foi por azar. A situação que o Senhor Vereador Fernando Silvério falou várias vezes disso. Ele, Vereador Artur Ferreira, tem aqui as atas onde foram discutidos os empréstimos na Assembleia Municipal e na reunião de Câmara e não há nenhuma situação, aliás, há uma vez, na Assembleia Municipal, que o Senhor Presidente da Câmara fala que poderá ser para a obra da Rua Luis de Camões e Av.^a Almeida Henriques. De todas as outras que está aqui discutido o empréstimo, nenhuma é cá especificada para onde é que é esse empréstimo. Naturalmente que deve ser para esse e deve ser. Fruto disso, o Senhor Presidente fez o pedido aos Serviços para fazer o levantamento e já têm aqui um Orçamento. Mas, em nenhum momento está dito que é para aquela obra específica. Dirigindo-se ao Senhor Vereador Fernando Silvério, afirmou que tinham aqui as atas. Se lhe encontrar aqui nas atas isso escrito ele, Vereador Artur Ferreira, assume aqui a responsabilidade, mas tem aqui as atas. Não ia trazer para aqui as atas sem que tivesse essa certeza. Agora, há uma situação também que é preciso esclarecer aqui. De setembro a dezembro houve, realmente quase uma rutura de água por semana. A partir de janeiro, sensivelmente, foi feito um trabalho pelos Serviços e que, realmente, desde essa altura não houve mais nenhuma rutura de água. O que quer dizer que a substituição da conduta tem a ver mais com a necessidade de substituir o que é fibrocimento do que é a rutura de água em si porque verificou-se que, fazendo uma determinada operação, que as ruturas eram diminutas, ou nenhuma. Portanto, também isso

salvaguardou aquilo que eles agora têm a menos que são essas ruturas. -----
---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Artur Ferreira. Afirmou que, então, dizer só duas, ou três coisas importantes. A primeira delas tem a ver com a intervenção do Senhor Vereador Fernando Silvério. Os valores que foram atribuídos aos Municípios são nos mesmos critérios, como ele tinha dito, que foram utilizados para o PT 2020. Havia propostas. E também, como é do conhecimento público, havia um Município que se fez que se, de facto, há investimentos no Litoral e no Interior, mas, depois, quando tem já a Região, também acha que merece receber um montante superior porque é o maior Concelho, que é o que tem mais habitantes. E, portanto, os outros Concelhos todos, naturalmente que não tiveram a mesma aceção. Portanto, houve uma votação dos critérios. Houve 13 Concelhos que votaram favoravelmente e, em abono de verdade, os valores não são discrepantes. O único valor que aqui tem uma majoração maior, naturalmente, é de Viseu que tem uma dotação de 20 milhões de euros e Tondela de cerca de 10 milhões de euros. O resto são os Concelhos mais pequenos com 4 milhões de euros. Depois, o Município de Nelas é o quinto, sexto Concelho. À frente do Município de Nelas está, naturalmente, por área e população, Mangualde, São Pedro do Sul e Castro Daire, por causa da área grande que tem. E, portanto, depois Viseu, Tondela e estes três e depois é o Município de Nelas o sexto Concelho. E dizer aos Senhores Vereadores que, naturalmente, que estas negociações são derivadas do que a CIM negociou e os Municípios que representaram, inclusivé, Nelas e outros Municípios, em reuniões com a CCDR e haverá ainda mais para negociar porque, questões relacionadas mesmo com linhas de candidaturas de aquisição de viaturas, ou requalificação, por exemplo, dos Quartéis dos Bombeiros Voluntários, poderão também estar dentro do que é a componente lata, ou seja, muito abrangente e difusa que está aqui no Portugal 2030 e isto ainda mal começaram as discussões. E, portanto, estes valores que eles falaram são, meramente, referenciais porque vão ter que, se calhar, eventualmente, também renegociá-los. Agora, obviamente, era também importante ter da parte dos Senhores Vereadores do Partido Socialista a identificação, ou, pelo menos, se se identificavam com esta Linha, com estes Projetos, não um cheque em branco, obviamente, nem dizerem que subscrevem na íntegra, mas dizerem se é este o caminho. E, naturalmente, depois, quando for para aprovar o que é o modelo financeiro final, obviamente, que virá cá a reunião de Câmara, sabendo que é este montante. Mas, deste montante, ainda poderá haver aqui uma parte que irá para a Proteção Civil, que isso também está em cima da Mesa de todos os Municípios e essa é a componente importante. Mas, sim, claramente, é o papel de cada Município defender os interesses de cada um e foi isso que foi feito. Sobre a questão do saneamento, de facto, existe. É no âmbito de um empréstimo que foi feito aqui de 800.000,00 euros, que eram 400.000,00 euros para o CAVES, 270.000,00 euros para o saneamento. E é esta a terminologia. E vai acabar. E 130.000,00 euros para a Rotunda, dita, da Borgstena. E, portanto, foi este o valor do empréstimo e a tipificação para que foi feito. Não, especificamente, não está tipificada a localização, mas, pronto. Mas é este valor. A intervenção que o Executivo está a fazer do depósito da água até, sensivelmente, às Quatro Esquinas, já houve uma intervenção que lá foi feita de requalificação e essa parte já foi resolvida e, sensivelmente, do Escanção até cá em cima à Rotunda, estão a falar daí que que é a intervenção feita. Essa intervenção, no que muito semelhante com a Avenida João XXIII no que é a intervenção no que não é visível, no que está por baixo, nas condutas, na água, no saneamento, na parte das telecomunicações e no que pode ser feito na agilização. No orçamento que havia, havia a possibilidade de fazer uma intervenção, somente sobre o saneamento, como estava no empréstimo, eventualmente, conduta de água. O que acham que faz sentido é que, já que se vai fazer a intervenção, não se vai fazer a intervenção, depois voltam, outra vez, a cobrir e voltar, outra vez, mais tarde, a intervencionar. Portanto, a ideia é fazer uma intervenção muito semelhante ao que está na Avenida João XXIII. O orçamento que têm andar à volta dos 850.000,00 euros. Daí o valor que eles estavam a falar. Tem ali o valor que é o valor do empréstimo que está consignado e o valor que eles apontavam, de alguma maneira, para ser financiado em termos do que seja o Portugal 2030. Aproveitar essa Linha de Financiamento. Lançar a empreitada. Tem a ver também muito,



Reunião de 08/05/2023

como os Senhores Vereadores sabem, com o grau de maturidade. Ou seja, o Projeto, desde que esteja consignado aqui como prioridade e vai estar, pode-se avançar com a empreitada. Não se pode é concluir a empreitada, obviamente, antes de estar tudo, devidamente, estipulado para o efeito em termos do que é a parte financeira e da execução. No que concerne ao que disse o Senhor Vereador Aires Santos sobre os investimentos culturais. Os investimentos culturais, no que era no PRR, basicamente, o investimento era feito nos grandes monumentos nacionais e nos grandes centros urbanos, no Teatro Nacional, tanto do São João, no Porto, como em Lisboa, quer no São Carlos, quer no Dona Maria. E eram estes os investimentos culturais que foram feitos. Houve da parte dos outros Municípios uma exposição no sentido de ser a Linha aberta para que houvesse esse financiamento. Eles esqueceram-se, no Município, de fazer uma intervenção dessa natureza, precisam de um Equipamento Cultural. Mas, esta Linha de Financiamento é mais para patrimónios já existentes, naturalmente, digamos assim, Património Cultural, do que edificado, ou requalificado. Sendo certo que o Executivo, no que é depois a parte da renegociação, tentar ver se é possível que seja dotado para requalificação de espaços culturais e o Município de Nelas tem dois espaços culturais para fazer essa requalificação no Concelho. No que disse o Senhor Vereador Artur Ferreira, basicamente, foi também muito naquela questão do saneamento também de esclarecer essa parte do que foi aventada. E, ele, Senhor Presidente, deixava, somente, então, aqui, embora não seja para votação, porque é, naturalmente, para conhecimento, saber se dos Senhores Vereadores há aqui alguma tipologia de ação, ou operação, que gostassem, ou achassem que faria sentido, ser também intervencionada. Volta a dizer que a Eficiência Energética, o Ciclo Urbano da Água, a distribuição de água em baixa e a gestão dos equipamentos são as Linhas Orientadora, sendo certo que, em abono da verdade, quando se fala nestas intervenções há sempre a ideia de fazer equipamentos novos também. E, obviamente, toda a gente gostaria de os fazer, embora o Executivo julgue que faz sentido terem um edificado, construído ao longo dos anos, que tem que ser requalificado, que tem que ser mantido, que tem que ser olhado de uma forma sobre a eficiência da sua gestão e o peso que possa ter nas Contas Públicas, nomeadamente, a fatura energética e o seu funcionamento. E, nesse sentido, tudo o que tem a ver com os painéis fotovoltaicos, que também fazem parte da Eficiência Energética para, de alguma forma, aliviarem os custos grandes com o funcionamento de equipamentos desportivos, culturais, administrativos, do Parque Escolar, da Saúde, mas também das nossas ETAR,s, com os custos grandes que têm, naturalmente, de funcionamentos energéticos e os Estudos que apontam, do que também o Executivo foi com Instituições de Ensino Superiores e Consultores, apontam para uma redução da verba de 30% a 40% na fatura energética e estão a falar de valores bastante substanciais que poderão, naturalmente, diminuir bastante. Já estão a falar no que é a gestão futura, deixar essa Tesouraria livre para fazer investimento de proximidade com os Municípios e com os territórios. Deixava uma última ronda para que, se os Senhores Vereadores assim o entenderem, para algum contributo, ou alguma sugestão sobre as Linhas Orientadoras. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que tinha algumas questões, naturalmente. Concorda com o Senhor Presidente que são transversais a todos os Municípios. Depois haverá, naturalmente, algumas que são de especificidade, naturalmente. Mas, questões ligadas à Proteção Civil, ao Parque Escolar, à promoção do território, este muito englobado na questão cultural. E, nesta parte da promoção territorial não pode deixar de lembrar ao Senhor

Presidente que este Executivo deixou cair um investimento de quase 400.000,00 euros que tinha a ver com o Sistema de Informação e Comunicação do Concelho de Nelas e deixou-o cair. Por isso, é sempre interessante ouvir o Senhor Presidente acerca dessas intenções que, como ele, Vereador Fernando Silvério, diz, acabam por ser transversais a quase todos os Municípios. Depois, naturalmente, alguns Municípios, com a sua própria realidade. Mas também não pode deixar de lhe lembrar isso. E quem quer promover o território, quem quer atrair pessoas para viver e trabalhar. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Fernando Silvério. Afirmou que só dizer uma questão. No que concerne à promoção territorial e ao Sistema de Informação e Comunicação, como eles tinham dito, há aqui duas questões: Uma, como os Senhores Vereadores sabem, informaram aqui que o concurso ficou deserto. Não houve candidatos. E, depois, há uma outra questão também, ficou deserto o concurso e entre prioridades que foram estabelecidas, houve outras que o Executivo considerou outras prioridades que tinha a ver com muita coisa que tem que ser feito. Por exemplo, os Municípios todos e também os Senhores Vereadores estão bem informados sobre isso, estão todos a fazer empréstimos sobre as obras que estão a decorrer por causa da Revisão de Preços, por causa da inflação, por causa da inflação das matérias-primas, dos custos com as matérias-primas. E, portanto, foram opções que foram feitas. Além de que havia uma outra questão aqui que tinha a ver, não só com o Sistema de Informação em si, mas depois com o software, com o funcionamento que não estava contemplado na candidatura e que tinha um custo exponencial muito parecido com a própria candidatura a este Equipamento. Deu a palavra ao Senhor Vereador Ricardo Borges.-----

---- O Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que queria aqui realçar, no âmbito do PT 2030, dessas rubricas todas que o Senhor Presidente falou, mostrar a sua preocupação relativamente aqui à parte da promoção territorial, nomeadamente a nível das Caldas da Felgueira, que ele acha que é um diamante por polir, que está por polir já há muitos mandatos pelos Executivos desta Câmara. E acha que aqui há oportunidade, ou tentar inserir. Pronto, e a questão da Praia Fluvial e potenciar porque está ali um diamante polido que pode alavancar, quer a nível do Turismo, quer a nível da Restauração do Concelho. E acha que tem que ser uma prioridade a nível estratégico deste Programa. -----

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Ricardo Borges. Afirmou que, pronto, nas rubricas que eles falaram ali na questão do que é o Património e de alguma Requalificação Cultural e também Ambiental, está lá incluída, eles já falaram disso, na questão da Praia Fluvial das Caldas da Felgueira, como o Senhor Vereador Ricardo Borges bem referenciou. Não sabe se os Senhores Vereadores Artur Ferreira e Fernando Silvério querem atalhar mais alguma questão. Mas, pronto, então, são estas as Áreas que eles, então, vão, naturalmente, defender para o território. Sendo certo que serão ainda debatidas em sede da Assembleia Municipal, como eles falaram. E, portanto, sobre este ponto está dado conhecimento e agradecer os contributos dos Senhores Vereadores. E, então, dizer que vão acompanhando isto. Está marcada uma reunião da CIM já também para o início da próxima semana, para a próxima terça-feira, de amanhã a 8 dias onde se voltará, novamente, a falar do que serão, então, os montantes para cada uma das tipologias. E vão, durante o mês de maio, que tem que ficar o processo concluído em junho. E em todas as reuniões de Câmara trarão cá sempre este ponto porque acham que faz sentido os contributos que possam vir, acompanhamento e a informação que possa surgir dessa matéria. -----

---- A Câmara tomou conhecimento da informação prestada pelo Senhor Presidente relativamente ao Programa Portugal 2030. -----

3 – DIVERSOS

3.1.REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO - REQUERENTES: JÚLIO MIGUEL DOS SANTOS MOREIRA E TÂNIA ISABEL GONÇALVES - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO



Reunião de 08/05/2023

---- Presente um requerimento de Júlio Miguel dos Santos Moreira e Tânia Isabel Gonçalves solicitando a atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento do seu filho no dia ... de março de 2023. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que os requerentes são os pais que estão aí, devidamente, referenciados nos documentos a que os Senhores Vereadores tiveram acesso e de acordo com os Serviços é, naturalmente, que não há impedimento nenhum, bem pelo contrário, que seja efectuado. Perguntou sem algum dos Senhores Vereadores queria tecer algum comentário sobre o assunto. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido dos requerentes Júlio Miguel dos Santos Moreira e Tânia Isabel Gonçalves referente à atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento do seu filho no dia ... de março de 2023. -----

4 – CONTABILIDADE

4.1.PAGAMENTO DE FATURAÇÃO DIVERSA – ABRIL DE 2023 - CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente afirmou que estava dado conhecimento. Deixa também aqui ao Senhor Vereador Ricardo Borges a possibilidade, quando assim for do seu interesse, só de algum pagamento que queira alguma informação acrescida depois dizer e depois os Serviços, naturalmente, disponibilizarão toda a parte processual sobre o mesmo. -----

---- A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral, durante o mês de abril de 2023, no total de 781.323,44 euros (setecentos e oitenta e um mil trezentos e vinte e três euros e quarenta e quatro cêntimos), referente a Operações Orçamentais e no total de 1.228,00 euros (mil duzentos e vinte e oito euros), referente a Operações de Tesouraria, descritos em relação elaborada pelos Serviços de Contabilidade. -----

4.2.2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, DO ANO DE 2023 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente a proposta da 2.ª Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2023, a qual fica anexa a ata (Anexo I), fazendo dela parte integrante. -----

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira para a parte financeira. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que se tratava de um assunto normal da integração do Saldo da Conta de Gerência nas Contas do Município. Esse Saldo foi aproveitado para fazer face a algumas necessidades dos Serviços, nomeadamente, na parte da Iluminação Pública de Baixa e de Média Tensão. Só aqui são cerca de 440.000,00 euros. Também na situação de resíduos, de taxa de gestão de resíduos, que aumentaram, exponencialmente, este ano e que foi necessário reforçar. Na parte dos juros de empréstimos, que estão em falta, também foi necessário reforçá-los e vão ver se fica por aqui. No valor do pagamento da água a Mangualde também foi necessário reforçar aqui um valor, fruto também muito daquilo que é os investimentos que são feitos também por eles e que o Município de Nelas tem que participar uma parte. E na Aquisição de Serviços para análises residuais e para abastecimento. Desse valor, o Saldo foi cerca de 825.000,00 euros, cerca de 800.000,00 euros foi nessas rubricas. Depois, foram, naturalmente, rubricas mais algumas necessidades, também valores significativos, com reagentes para a ETAR também, que são 92.000,00

euros. Para fornecimento do novo contrato, em termos de impressoras que, apesar de ter diminuído em relação ao anterior, ainda é significativo e foi necessário também proceder ao seu reforço. E valores, depois, de aquisição de materiais para as Escolas, para a reparação de veículos. Pronto, foi nesse sentido. Mas o essencial fica nestas rubricas maiores em termos de juros, em termos de aquisição de contratos de eletricidade que ainda não está tipificado como é que irá ser. Ainda estão à espera que a CIM lhes forneça mais elementos. Estão a fazer contratos de três em três meses, mas a qualquer momento pode haver a necessidade de proceder à abertura do concurso e têm que estar salvaguardados nesse sentido. -----

---- O Senhor Presidente perguntou se algum dos Senhores Vereadores pretendia intervir neste ponto. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que tinha uma questão prévia, se o Senhor Presidente o pudesse elucidar, antes de tecer mais algum comentário, que são, grosso modo, os 825.000,00 euros. Gostaria de saber, em termos percentuais, ou mesmo em termos de valores, qual foi aquilo que foi, digamos assim, acoplada a Despesa Corrente e à Despesa de Capital. -----

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que foram cerca de 85%, 15%, por aí assim. Em termos de valores, só agora fazendo aqui a conta. Mas, em termos de Despesa Corrente, será 85% para Despesa Corrente e 15% para Despesa de Capital, sensivelmente. -----

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que estava a questionar isto porque era muito simples. Ele estava a questionar isto porque ele vai ser honesto. Nos documentos que lhes foram enviados, foram digitalizados e há determinadas rubricas totais que não são, perfeitamente, visíveis. A primeira questão é essa. Foi-lhes enviado, como é natural e bem, por e-mail. Só que na impressão alguns números totais, quando foram digitalizados, que ele não conseguiu ler bem. Em termos de investimentos, há uma redução no investimento, há uma redução no investimento. E, falando em traços gerais, ele queria questionar aqui, uma, ou duas rubricas. É mau presságio que de 825.000,00 euros, 90%, ou mais, vão acreditar nos números do Senhor Vereador Artur Ferreira, 85% deste Saldo seja integrado em Despesa Corrente. Significa que o que é integrado em Despesa de Capital é marginal para investimento. E, ele, Vereador Fernando Silvério, está a dizer isto porquê? Porque ele chamou à atenção, já na apresentação do Orçamento para 2023, quer agora, na Conta de Gerência, o aumento da Despesa Corrente, nomeadamente, com a Aquisição de Bens e Serviços e não está a falar com o Pessoal. Aquisição de Bens e Serviços. E, depois, chegam aqui a uma Revisão em que, em 825.000,00 euros, cerca de 90% são agregados a Despesa Corrente. Ele não sabe se toda a gente sabe o que é que isso significa, a Despesa Corrente. Para Despesa de Capital é marginal, residual, residual. E vão ver se no final deste Exercício de 2023, vão ver, novamente, a Despesa Corrente na Aquisição de Bens e Serviços. E isso demonstra algum descontrolo na gestão do Município. Despesa Corrente. E, falando em Despesa Corrente e como disse, ele, há alguns números que não conseguiu ler, mas, por exemplo, na rubrica 01020202, na Aquisição de Serviços, tem lá um Reforço de 236.000,00 euros. Na rubrica 010206 – Outras Despesas Correntes, tem lá um Reforço de 200.000,00 euros. Quando, depois, tem uma diminuição nas Transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos e para as Famílias. Por isso, não tem cá o valor, como disse, não conseguiu ver o valor. Mas é uma questão de vir aqui ver. Por isso, para eles verem que deveria ser no sentido inverso, naturalmente, na sua opinião. Estão a transformar todo este Saldo de Gerência em Despesa Corrente e não em Despesa de Capital, que é aquela que gera dividendos/emprego/investimento. E quando, depois, reduzem nas Transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos e também para as Famílias. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por



Reunião de 08/05/2023

lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, relativamente aos números que disse há pouco, esqueceu-se aqui da parte dos juros que são também Despesas de Capital neste caso. E são 25%, 75%. Portanto, são 75% para Despesa Correntes e 25% para Despesas de Capital. Mas, efetivamente, o Senhor Vereador Fernando Silvério tem razão. Quando eles põem 440.000,00 euros para Despesas Correntes, que é com a Energia, estão a falar dos 850, 50% de 75% dá 35. Portanto, há logo aqui um valor significativo. Depois, ainda têm mais 92.000,00 euros para reagentes. O que eles têm aqui é quase tido para Despesas Correntes. Mas são Despesas Correntes, não é para Aquisição de Bens e Serviços e bem, como disse, não é para Aquisição de Bens e Serviços para Prestação de Serviços. Não estão aqui a falar disso. O que aqui se refletiu nas Contas do ano passado foi isso mesmo. Foi a diminuição da Aquisição de Serviços em fornecimentos. Sim, sim. E está lá nas Contas. Estão lá 600.000,00 euros da Aquisição de Serviços fruto daquilo que aconteceu com a energia e estão cá também os transportes, dessa situação toda. Foi aquilo que aconteceu, Eles estão aqui a falar da mesma coisa. Agora, há outra coisa que ele tem que lhe dizer: Realmente, há aqui menos 2.000,00 euros em termos de Instituições Sem Fins Lucrativos e 1.700,00 euros para Famílias. Ele, Vereador Artur Ferreira, confia nos Serviços e aqui que cá está não há-de faltar, nem às Instituições, como nunca faltou, nem às Famílias. Aliás, ele até pode recordar que pagaram a empresas que foram anunciadas aqui, como disse uma vez, com a atribuição de cerca de 18.000,00 euros de apoios às empresas e quem as pagou foi este Executivo. Quem pagou cerca de 23.000,00 euros, se não está em engano, mas pode ir buscar também esses documentos, de atribuição de apoio à Natalidade foi este Executivo e vinham de trás. Portanto, nesse aspeto, ninguém faltou aos compromissos que estavam comprometidos. E mantêm. Agora, quando eles têm mais de 200.000,00 euros de taxas de resíduos, isto é Despesa Corrente. Isto é Despesa Corrente. E hão-de cá vir, o compromisso que este Executivo assumiu, que foi com o anterior Executivo, de ter os 90% em termos de tarifas de resíduos e de abastecimento e de saneamento. E o que se viu foi o anterior Executivo votar contra. Essa é que é essa. E, brevemente, virá outra vez aquilo que foi participado. Agora, por acaso, interessou-se por isso, interessava e interessou-se e hão-de cá vir, então, para ver qual é a taxa de cobertura que o Executivo vai ter e depois logo veem quem é que está a arrecadar Receita, ou quem é que não a está a arrecadar Receita. Essa é uma situação. A outra parte que ele, Vereador Artur Ferreira, queria dizer também e já o disse na última reunião e volta a dizer, se calhar, o Senhor Vereador Fernando Silvério fala contra ele próprio. Quando tinha a Execução das Receitas de Capital tão baixas quanto aquilo que este Executivo teve no ano passado, em 2022, cerca de 17% e as Despesas de Capital eram superiores para o dobro, quer isso dizer que há Receita que depois é transferida para esses valores. Portanto, a Despesa de Capital tem sido sempre superior à Receita de Capital. Portanto, na Regra do Equilíbrio Orçamental, o Senhor Vereador Fernando Silvério está muito preocupado do ano passado. E aumentou, do ano passado para este ano, significativamente, de 2021 para 2022. Mas a verdade é que as Contas falam de tudo o que está aqui a contradizer. É o que está aqui nas Contas. -----
---- O Senhor Presidente afirmou que só uma questão também para dizer uma coisa muito simples sobre esta Revisão Orçamental. No próprio documento está também perfeitamente visível que os custos com a Aquisição de Serviços têm muito a ver com o momento que estão a viver agora, em particular, com energias, com consumíveis, com eletricidade. Neste momento, o que está a ser aconselhado em termos de CIM,s é os contratos não serem feitos num período para além de 3 meses. Há um Acordo Quadro feito com as Comunidades

Intermunicipais e os Municípios estão a fazer os seus contratos baseados nesse Acordo Quadro das Comunidades Intermunicipais. E tem a ver com isso, com a variação muito forte do que são os preços e os valores. O que era um contrato há um ano atrás não é a mesma coisa do que é agora. Portanto, as indicações são neste sentido e é natural que para gerir o que é o impacto da inflação, o que é o aumento das matérias-primas e da fatura energética seja necessário fazer isto. A Aquisição de Serviços é esta mesma, a questão dos resíduos, a questão da parte elétrica, a questão que também tem a ver com uma componente importante que é o funcionamento também dos próprios Equipamentos e do aumento exponencial das matérias-primas, em particular, dos reagentes. A oferta é muito diminuta e, portanto, fazem-se também valer muito disso. E o Executivo não pode correr riscos, obviamente, de não ter os materiais químicos para poder atuar, sob pena, naturalmente, de mau funcionamento que não é, de todo, nem desejável, nem que isso aconteça. Mas eles também podem falar aqui também de aumentos com Pessoal no ano passado, com o que deriva da Lei. O Governo, este, ou outro qualquer, no ano passado e, portanto, os Governos, quando fazem isso por Decreto, fazem-no porque te impacto e aceitação na opinião pública. E, depois, não há nenhum reforço financeiro para as Autarquias, particularmente no período em que nós vivemos. E isso já foi, no que é nas forças, nas CIM,s. As CIM,s têm feito isso junto das CCDR,s e as CCDR,s junto ao Governo, no que é, por exemplo, no ano passado, independentemente de já terem consolidações e das mobilidades, tiveram o Governo a fazer aumentos, não só nos vencimentos, mas também a promover, de alguma maneira, algum ajustamento inter funções e que permitiu que houvesse aqui uma recuperação também financeira. E teve um impacto grande. E esse impacto grande repercutiu-se depois na própria gestão da própria Autarquia. Para eles ficarem com uma ideia e ainda agora foi anunciado também há pouco tempo, o aumento salarial e dos subsídios de refeição, o Executivo fez o Estudo e o Estudo vai ter um impacto de 105.459,00 euros. Portanto, que não era um valor que estava estipulado, nem orçamentado. E, portanto, este valor já foi baseado naquilo que foi decretado pelo Governo. Naturalmente que as Comunidades Intermunicipais, as Autarquias, através das Comunidades Intermunicipais, têm feito, naturalmente, chegado à Administração Central a sua preocupação com estas matérias porque, de facto, têm havido aqui atualizações salariais grandes. O FEF não tem aumentado. Pelo contrário. O do Município de Nelas de há dois anos diminuiu significativamente, cerca de 560.000,00 euros. A diminuição foi menor este ano, ou no ano anterior, mas, mesmo assim ainda está aquém do que era há dois anos o valor do FEF. Mas, independentemente disso, mesmo que fosse o valor final do FEF, ainda está aquém com estes valores. Para esclarecer, basicamente, é o seguinte: Em relação ao ano anterior, de facto, é superior o FEF, mas ainda está aquém do que era há 2 anos e do que era o habitual do FEF dos últimos 3, 4 anos. Portanto, o Município de Nelas, nos últimos 2 anos perdeu Receita de FEF em relação ao que era há 2 anos atrás. Só que agora teve um impacto menor do que há 2 anos. E essa diminuição do impacto negativo do FEF não dá, sequer, para, eventualmente, cobrir estes valores. E, portanto, esta Revisão tem muito a ver com isto e com as taxas de juro que estão elevadíssimas, como os Senhores Vereadores sabem. E, neste momento, o Executivo está com quase o quádruplo do valor que tinha nos períodos homólogos em termos de pagamento. Perguntou aos Senhores Vereadores se queriam intervir. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, naturalmente, todas estas rubricas que o Senhor Presidente falou, ele, Vereador Fernando Silvério, ao contrário do que foi noticiado pelo Município, houve questões aqui em reunião de Câmara relativamente à Conta de Gerência de 2022. E ele referenciou ao Senhor Presidente também as Receitas que a Câmara teve, água, saneamento, a derrama, o próprio IMI que aumentou, presume ele, o IMT. Por isso, bom, vão colocar as coisas também como devem ser, conforme elas são também. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que só o IMT é que aumentou. -----



Reunião de 08/05/2023

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: Já que o Senhor Presidente fala na questão do Pessoal, naturalmente, as mobilidades e consolidações, digamos que foram feitas às expensas do Orçamento Municipal. Mas quando fala nesse aumento exponencial de Despesas com o Pessoal, estão a falar de Despesas de Pessoal da Educação em que na transferência de competências o Senhor Presidente recebeu mais de um milhão de euros. E, ele, Vereador Fernando Silvério, já pediu, ou melhor, sugeriu até para que toda essa Receita e essa Despesa referente à transferência de competências fosse toda desagregada, efetivamente, para saberem o que é que receberam e o que é que gastaram porque essa questão da transferência de competências também é um grande chapéu. E ele também já disse a sua opinião relativamente às transferências de competências também. Agora, não podem é fazer disso é desculpa para outras situações. E, ele, Vereador Fernando Silvério, já pediu, concretamente, o que é que o Município recebe e o que é que gasta. Dirigindo-se ao Senhor Vereador Artur Ferreira, afirmou que ele, Vereador Fernando Silvério, tenta compreendê-lo, mas, de facto, às vezes é difícil, problema dele, Vereador Fernando Silvério, naturalmente. O Senhor Vereador Artur Ferreira até se queixa de pagar incentivos à natalidade. O Senhor Vereador Artur Ferreira até se veio aqui queixar de pagar incentivos à natalidade. Só porque foram aprovados pelo anterior Executivo. Tem alguma dificuldade em compreendê-lo. Acredita mesmo. Tem alguma dificuldade em compreendê-lo. Mas é um problema dele, Vereador Fernando Silvério, naturalmente. E quando o Senhor Vereador Artur Ferreira fala em contas, que o deixasse lembrar que esta Câmara, em 2022, teve pagamentos em atraso. Que não se esquecesse disso. A gestão do Senhor Vereador Artur Ferreira teve pagamentos em atraso. Recordar-lhe disso. E também recordar-lhe também que, na Conta de 2022, a Aquisição de Bens e Serviços aumentou. Não diminuiu como disse aqui. Aumentou. Não, disse que diminuiu. Está a falar da rubrica. A Aquisição de Bens e Serviços aumentou. E compreende-se porquê, mais uma vez. Nesta Revisão Orçamental, mais de 85% é para Despesa Corrente. E mais, vai-lhe dizer, vai relebrá-lo, aqui relativamente às Contas que, por acaso, ele, Vereador Fernando Silvério, leu. O Senhor Vereador Artur Ferreira é que não leu porque não viu que continha erros. Ele, Vereador Fernando Silvério, leu e disse-os aqui. O Senhor Vereador Artur Ferreira é que não leu. Já que falou nisso, quem não leu as Contas foi o Senhor Vereador Artur Ferreira porque não viu que continha erros. Ele, Vereador Fernando Silvério, leu as Contas e viu erros e colocou-os aqui em cima da Mesa. Por isso, quem não leu as Contas e tinha essa obrigação, como todos eles, Senhores Vereadores, naturalmente, mas ainda mais quem as apresenta, foi o Senhor Vereador Artur Ferreira. Por isso, da próxima vez, bom. E é isso. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Fernando Silvério. Afirmou que queria dizer só uma coisita rápida por causa das Despesas com Pessoal para ver se não, como diz o Senhor Vereador Fernando Silvério, para deixar as coisas claras. As Despesas com Pessoal, com as mobilidades e com as consolidações, têm uma implicância em relação ao período anterior, de mais 270.000,00 euros. E são os valores dos Serviços. Já aqui falaram, estão aqui sempre a dizer o mesmo valor. Está, devidamente, plasmado até na Prestação de Contas. Terá uma significância maior este ano porque muitas das que foram as consolidações remanescentes foram em setembro do ano transacto. E, este ano, naturalmente, terão ainda uma repercussão maior. Também aqui disseram que, no âmbito da transferência de competências, ele, Senhor Presidente e os Senhores Vereadores votaram-nas sempre contra. Ele, Senhor Presidente, também as votava contra. Não aceitava nenhuma

destas. Aceitava, se calhar, outras questões, da Educação e da Saúde. Sempre votaram contra e muito bem para não terem um País a duas velocidades e por isso é que a aposta na Requalificação dos Equipamentos da Educação e da Saúde é fundamental. Dizer também que, no âmbito da Educação, o Executivo tem pedido, também já disse isso, mas reiteram dizendo isso uma vez mais, que têm pedido, insistentemente, à DGAL, insistentemente, à DGESTE, que envie, devidamente, ao Executivo do que são as diferentes rubricas dos valores das competências e não ficando, somente, num bolo mais lato. Até agora a resposta tem sido nula. E há contactos insistentes, telefónicos, naturalmente os oficiais por ofício, por e-mail, por todas as formas possíveis e imaginárias. E, portanto, a resposta continua sem vir. Dá para averiguar algumas questões que têm a ver com as Despesas com o Pessoal. Nas Despesas com o Pessoal, o Executivo tinha o acompanhamento, como já tinham dito, de 60.000,00 euros negativos entre o valor que é transferido para o Município que o Executivo paga em termos do que são as remunerações dos Funcionários e o Executivo não pode deixar de pagar aos Funcionários. Estão 91 Funcionários novos, que passaram no âmbito da delegação de competências. Mas, o que é certo é que, durante um tempo, esse valor andou sempre nessa ordem. Há 2, ou 3 meses atrás aumentou para 85.000,00 euros o valor negativo. Portanto, o Executivo tem um saldo no que é de remunerações no que é a transferência de competências na Educação de 85.000,00 euros que falta receber ao Executivo. Já comunicou, já insistiu. Mas até agora não foi repostado. Não vão poder deixar de pagar, obviamente, as remunerações dos Funcionários. Os Funcionários são da Autarquia. O Executivo pode dizer que decorreu da transferência de competências, é verdade, mas para todos os efeitos são Funcionários da Autarquia. O que está no Auto de Transferência é que é transferido o valor automaticamente e automaticamente é pago. O Executivo tem-lo pago. Não têm é recebido o valor que está, devidamente, tipificado. Perguntou ao Senhor Vereador Artur Ferreira se queria acrescentar alguma coisa. Deu-lhe a palavra. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, então, só a situação, então, da Aquisição de Bens e Serviços. Leu agora. Por acaso, leu agora, não tinha lido ainda. E só para dizer que, naturalmente, que houve aqui um aumento de 600.000,00 euros na rubrica de Aquisição de Bens e Serviços e que foi dito e volta a referi-lo derivado ao aumento dos custos com a energia, com os combustíveis, com esses todos, com o fornecimento de refeições. Mas vai dizer, então, esta rubrica, que é desagregada, naturalmente. Tinha Aquisição de Bens e Serviços e tinha Aquisição de Bens. Dizer, primeiro, qu estava dotado, orçamentalmente, 4.900.000,00 euros e foram gastos 3.600.000,00 euros. Portanto, foi um gasto exponencial a menos de 1.200.000,00 euros a menos daquilo que estava em Orçamento e aquilo que foi gasto. Está aqui. Quer falar em Orçamento. Ele lê o Orçamento. E, depois, na Aquisição de Bens houve uma diminuição de cerca de 400.000,00 euros, ainda assim, porque a Aquisição de Bens foi aquilo que referiu. Aliás, na Aquisição de Serviços é que houve uma significativa diminuição de cerca de 900.000,00 euros e tem a ver ainda com o aumento que o Executivo tem. Portanto, quer numa situação, quer noutra, houve uma diminuição do valor que estava orçamentado para aquilo que foi feito. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério se queria replicar, ou se encerravam aqui o ponto. Deu-lhe a palavra. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que só queria recordar a taxa de execução considerando aquilo que estava orçamentado e aquilo que foi executado. Acha que isso deita por terra tudo aquilo e até acha estranho o Senhor Vereador Artur Ferreira utilizar aqui a Receita orçamentada, quando em termos de Receita de Capital executa um milhão de euros. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira, antes de depois ele concluir, acha ele. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que, falando agora na evolução das taxas de execução, então esse ainda melhor é. Portanto, Receitas Correntes, 97%, de Capital, 17%, em 2022. Portanto, execução da Receita, 64%. Em Despesas Correntes, 84%, 34%, 60%. Em 2021 tiveram: total das Receitas 66%, mais 2% que em



Reunião de 08/05/2023

2022 e 58% de Despesas de Capital, menos 2% do que em 2022. Está tudo dito. Quando no ano seguinte, já nem vai para trás, para 2020 e 2019, que foram anos também complicados em termos de COVID-19. Podem alegar alguma coisa, Isso, agora, em 2021, está tudo dito. E se forem a 2018, que foi um ano sui generis, foi no ano em que foi feita também uma renegociação de dívida, tiveram 85% e 81% e com uma agravante que ele não queria dizer aqui mas foi numa altura de 8 anos em que a situação financeira da Autarquia estava sempre excelente. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, em relação aos dados de Aquisição de Bens e Serviços, relembra os Senhores Vereadores que, não se importarem, que constam do Relatório dos Revisores Oficiais de Contas, portanto são dados oficiais. E deixa, então, à discussão e à aprovação a 2.ª Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano do ano de 2023. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que não queria deixar aqui de manifestar e de lamentar que não foi remetido para análise das Contas, não foi remetido aos Senhores Vereadores o Relatório que foi à Assembleia Municipal. Não foi remetido aos Senhores Vereadores e o Senhor Vereador Artur Ferreira disse aqui a esta Mesa que foi que o ROC lhe tinha dito que não era necessário, que lhe tinha dito que não era necessário enviar esse documento, o Relatório, que não era necessário enviar esse documento aos Senhores Vereadores para análise da Conta de Gerência. Ele, Vereador Fernando Silvério, sabe que, por exemplo, noutras Câmaras de diferentes latitudes, esse Relatório vai, como é normal. E, ele, então, quer deixar. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que concordava com ele. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que, se então concordava com ele, devia-o ter enviado. Mesmo que o ROC lhe tivesse dito isso, quem tem obrigação de enviar os documentos aos Senhores Vereadores não é o ROC, nem o Contabilista, nem o Financeiro. É o Presidente do Órgão. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que só podia ter ido depois de ser aprovado em reunião de Assembleia. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: E se o Senhor Presidente concorda com ele, então deveria ter enviado esse documento. E ele gostaria que essa informação fosse colocada por escrito até para que, no futuro. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que essa informação então vai ser colocada por escrito no seguimento do que solicitou e independentemente disso, independentemente das aceções que sejam feitas, faz sentido que o documento seja enviado. Foi enviado para a Assembleia Municipal para todos os Senhores Deputados, para os Senhores Vereadores e para os Senhores Presidentes de Junta que fazem parte e a eles todos também. Mas, independentemente disso, tem o compromisso de que, independentemente de ser o procedimento de ir para a Assembleia, vai para toda a gente, faz sentido e, portanto, está, da parte que lhe concerne, resolvido. Agora, independentemente disso, se o Senhor Vereador Fernando Silvério também quiser ter acesso ao documento, que o pediu por escrito, muito bem, na próxima reunião. Posto isto, então, colocavam, então, à aprovação depois desta ampla discussão. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral e dos Senhores Vereadores Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, Artur Jorge dos Santos Ferreira e Rui Pedro Silva Marques e três

abstenções dos Senhores Vereadores Fernando António Pais Silvério, Aires Manuel Antunes dos Santos e Ricardo Manuel Salvador Borges, aprovar a proposta da 2.ª Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2023, a qual deverá ser presente à próxima sessão da Assembleia Municipal, para aprovação. -----

5 – OBRAS PARTICULARES

5.1.INFORMAÇÃO DE DECISÕES GERADORAS DE CUSTO OU PROVEITO FINANCEIRO

5.1.1.PROCESSOS DE LICENCIAMENTOS, COMUNICAÇÕES PRÉVIAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, ENTRADOS NOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente afirmou que estava dado conhecimento. -----

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente a processos de licenciamentos, comunicações prévias, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, entrados na referida Unidade Orgânica, no período compreendido entre 18 de abril de 2023 e 01 de maio de 2023, a qual fica anexa a esta ata (Anexo II), fazendo dela parte integrante. -----

6 - LICENCIAMENTOS DIVERSOS

6.1.PEDIDO DE INFORMAÇÃO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E CONDIÇÕES GERAIS PARA OPERAÇÕES URBANÍSTICAS. LOCAL: AV.ª ENG.º LUÍS ALMEIDA FERREIRA, EM NELAS. REQUERENTE: CIDADINOS E RURAIS, LD.ª – DISCUSSÃO E EVENTUAL INDEFERIMENTO E POSTERIOR AUDIÊNCIA PRÉVIA

---- Presente a informação interna n.º 4975, datada de 18/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, que a seguir se transcreve: -----

---- “Pedido de informação sobre os instrumentos de planeamento e condições gerais para operações urbanísticas. Local: Av.ª Eng.º Luís Almeida Ferreira, em Nelas. Requerente: Cidadinos e Rurais, Ld.ª -----

---- I. Petição -----

---- A empresa requerente solicita informação relativo ao enquadramento urbanístico de uma parcela de terreno, da Freguesia de Nelas, para eventual instalação de um posto de abastecimento de combustíveis. -----

---- II. Enquadramento Legal -----

---- 1. De acordo com o D.L. n.º 555/99, de 16/12, com posteriores alterações (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação - RJUE) - CAPÍTULO IV - Garantias dos particulares; - Artigo 110.º - Direito à informação: -----

---- 1.1 - Qualquer interessado tem o direito de ser informado pela respetiva câmara municipal: -----

---- a) Sobre os instrumentos de desenvolvimento e planeamento territorial em vigor para determinada área do município, bem como das demais condições gerais a que devem obedecer as operações urbanísticas a que se refere o presente diploma; -----

---- b) Sobre o estado e andamento dos processos que lhes digam diretamente respeito, com especificação dos atos já praticados e do respetivo conteúdo, e daqueles que ainda devam sê-lo, bem como dos prazos aplicáveis a estes últimos. -----

---- 1.2 - As informações previstas no número anterior devem ser prestadas independentemente de despacho e no prazo de 15 dias. -----

---- 2. De acordo com o artigo 2.º do RJUE, alínea a) «Edificação» a atividade ou o resultado da construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de um imóvel destinado a utilização humana, bem como de qualquer outra construção que se incorpore no solo com



Reunião de 08/05/2023

carácter de permanência; -----

---- 3. De acordo com o Artigo 4.º do RJUE – Licença -----

---- 3.1 - A realização de operações urbanísticas depende de prévia licença, nos termos e com as exceções constantes da presente secção. -----

---- 3.2 - Estão sujeitas a licença administrativa as obras de construção, de alteração e de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento; -----

---- III. Enquadramento no PDM -----

---- De acordo com a 1.ª revisão do Regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM) de Nelas, publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º 1 - 2 de janeiro de 2014, Aviso n.º 33/2014: -----

---- PDM de Nelas: SECCÃO VII - Espaços Urbanos de Baixa Densidade -----

---- Artigo 71.º - Identificação, caracterização e usos -----

---- Os espaços urbanos de baixa densidade correspondem a áreas consolidadas e em consolidação, com usos mistos, e que se destinam à ocupação com funções de apoio à vida urbana. -----

---- Artigo 72.º - Regime de edificabilidade -----

---- As regras aplicáveis aos Espaços Urbanos de Baixa Densidade são as seguintes: -----

---- a) O número máximo de pisos admitidos acima da cota de soleira é de 3 pisos; -----

---- b) O número máximo de pisos admitidos abaixo da cota de soleira é de 1; -----

---- c) O Índice máximo de ocupação do solo é de 35 %. -----

---- Resumo: A área delimitada em planta apresentada pela empresa requerente, o terreno localiza-se, na faixa de 50 metros da estrada/caminho, em Solo urbano – Solo Urbanizado – Espaço Urbano de Baixa Densidade. O remanescente do terreno localiza-se em Solo Rural, Espaço Agrícola de Produção, em Estrutura Ecológica Municipal, não incluído em Reserva Agrícola Nacional ou Reserva Ecológica Nacional, com perigosidade muito baixa de incêndio. -----

---- IV. Enquadramento legal -----

---- 1. Diplomas Legais aplicáveis - Postos de Abastecimento de Combustíveis: -----

---- a) Decreto-Lei n.º 302/2001. D.R. n.º 272, Série I-A de 2001-11-23 - Estabelece o novo quadro legal para a aplicação do Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis. -----

---- b) Decreto-Lei n.º 260/2002. D.R. n.º 271, Série I-A de 2002-11-23 – Transfere para as câmaras municipais o licenciamento de áreas de serviço que se pretende instalar na rede viária municipal. -----

---- c) A Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, estabelece no artigo 17.º, n.º 2, alínea c), que é da competência dos órgãos municipais o licenciamento de áreas de serviço que se pretende instalar na rede viária municipal. -----

---- d) Portaria n.º 362/2005. D.R. n.º 65, Série I-B de 2005-04-04 - Altera o Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis, anexo à Portaria n.º 131/2002, de 9 de fevereiro. -----

---- e) Portaria n.º 131/2002. D.R. n.º 34, Série I-B de 2002-02-09 - Aprova o Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis. -----

---- f) Decreto-Lei n.º 217/2012. D.R. n.º 195, Série I de 2012-10-09 - Procede à quarta alteração e à republicação do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de

instalações de armazenamento de produtos do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis. -----

---- 2. O Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, na atual redação, estabelece os procedimentos e as competências do licenciamento de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustíveis: -----

---- Licenciamento municipal - N.º 1 - É da competência das câmaras municipais: -----

---- a) O licenciamento de instalações de armazenamento de produtos de petróleo (volumes < 50,00 m³); -----

---- b) O licenciamento de postos de abastecimento de combustíveis não localizados nas redes viárias regional e nacional; -----

---- c) A autorização para a execução e entrada em funcionamento das redes de distribuição, objeto do Decreto-Lei n.º 125/97, de 23 de maio, quando associadas a reservatórios de GPL com capacidade global inferior a 50 m³. -----

---- N.º 2 - Os procedimentos administrativos de controlo prévio de instalação, construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação e exploração das instalações de armazenamento e dos postos de abastecimento de combustíveis seguem o procedimento aplicável à respetiva operação urbanística nos termos dos n.os 1 a 4 do artigo 4.º do regime jurídico da urbanização e da edificação. -----

---- N.º 3 - Além da conformidade da operação urbanística com instrumentos de gestão territorial e outras normas legais e regulamentares vigentes, no âmbito do procedimento de controlo prévio é verificada a conformidade das instalações a que se refere o n.º 1 com os requisitos definidos na portaria referida no n.º 2 do artigo anterior e a existência dos seguros de responsabilidade civil referidos nos artigos 13.º e 14.º, sem prejuízo da aplicação das normas não procedimentais previstas no presente decreto -lei e da possibilidade de colaboração das entidades referidas no n.º 4 do artigo 7.º -----

---- 4 - O alvará de autorização de utilização, a que se refere o n.º 3 do artigo 74.º do regime jurídico da urbanização e da edificação, emitido no âmbito do procedimento de controlo prévio e nos termos dos artigos 62.º e seguintes do mesmo regime, constitui título bastante de exploração das instalações a que se refere o n.º 1, sem prejuízo do disposto na alínea c) do artigo 111.º do regime jurídico da urbanização e da edificação. -----

---- Artigo 12.º - Vistorias (...) -----

---- 2 - A comissão de vistorias é convocada, pela entidade licenciadora, com a antecedência mínima de 10 dias sobre a data da realização da vistoria. -----

---- 3 - A vistoria inicial destina-se a avaliar o local, podendo ser impostas condições e prazos julgados convenientes para a construção e exploração das instalações. -----

---- 4 - A convocatória para a vistoria inicial deve ser emitida até 10 dias após a receção dos pareceres das entidades consultadas. -----

---- 5 - A vistoria final destina -se a averiguar se a instalação reúne condições para a concessão da licença de exploração, para o que deve ser verificada a concordância com o projeto e o cumprimento das condições e das prescrições legalmente exigidas. -----

---- 6 - A vistoria final deve ser requerida pelo promotor, após execução da instalação e dentro do prazo que lhe tenha sido fixado para a respetiva conclusão. -----

---- De acordo com a Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro - Artigo 10.º - Vistoria inicial

---- Tendo recebido o comprovativo de pagamento da taxa devida, a entidade licenciadora efectua a vistoria inicial, após prévia convocatória das entidades participantes nos termos dos n.os 1 a 4 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, tendo em consideração o seguinte:

---- a) A vistoria inicial contará com a participação, pelo menos, da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), salvo se a entidade licenciadora dispensar a realização da vistoria inicial, tendo em atenção a dimensão do projeto e se considerar que a documentação apresentada pelo promotor proporciona informação suficiente. -----

---- V. Análise dos Serviços -----

---- Análise preliminar do projeto apresentado: Trata-se de um posto de abastecimento de combustíveis a implantar numa parcela de terreno, com criação de espaços verdes, na periferia do terreno. Visa dar prolongamento ao passeio e ciclovia a montante, que se supõe



Reunião de 08/05/2023

que irá integrar a via pública (área de cedência). O acesso previsto é pela rotunda, com os respetivos acessos internos, com a ilha, zona de lavagem e edifício de apoio anexo e com saída para a Avenida a sudeste, antes da passadeira. Está previsto o alargamento do caminho existente a norte, com criação de uma via de circulação urbana, com perspetivas de expansão urbanística. -----

---- a) Conformidade com o Regulamento do PDM de Nelas: Enquadra-se como uma prestação de serviços, para abastecimento de combustível (ou seja, é permitido usos mistos, e que se destinam à ocupação com funções de apoio à vida urbana) a) O número máximo de pisos admitidos acima da cota de soleira é de 3 pisos; b) O número máximo de pisos admitidos abaixo da cota de soleira é de c) O Índice máximo de ocupação do solo é de 35 %;

---- b) Condições de acesso - Estamos perante uma rotunda com cinco acessos, com cerca de 35 metros de diâmetro. Esta apresenta uma ligeira inclinação descendente, para poente. Trata-se de uma rotunda com um fluxo considerável de ligeiros e pesados, provenientes da IC12, para acesso à A25. As saídas existentes, pela dificuldade de visualização das mesmas, quer pelo desnível, quer pelo diâmetro da rotunda, apresentam risco. Assim sendo, salvo melhor opinião, a solução proposta, de acesso direto pela rotunda constitui perigo para a segurança rodoviária, sendo aconselhado prever outra solução de acesso. -----

---- c) Afastamentos do edificado - De acordo com o Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Concelho de Nelas (R.M.E.U.), publicado em Diário da República, 2.^a série - N.º 48 - 7 de março de 2012 - Aviso n.º 3632/2012, alterado pelo Aviso n.º 7689/2019, publicado em Diário da República, 2.^a série — N.º 85 — 3 de maio de 2019: Artigo 29.º - Implantação, alinhamentos e afastamentos das Edificações (...). N.º 5 – Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor, em planos de pormenor ou em loteamentos aprovados, os afastamentos das edificações aos limites das parcelas deverão garantir, em igualdade de direito, as seguintes condições: a) Respeitar o mínimo de 3 m de afastamento aos limites da propriedade, podendo baixar este limite, em casos devidamente justificados pela envolvente urbanística, em prol do equilíbrio e coerência morfológica urbana. b) Em intervenções de conjunto, os afastamentos laterais relativamente às parcelas abrangidas poderão ser diferentes do definido nas alíneas anteriores, desde que devidamente fundamentados; c) Respeitar o mínimo de 5 m de afastamento aos limites da propriedade confinantes com a via pública. Verifica-se que o edifício de apoio, da receção/bar/I.S., se encontra a menos de 5 metros do arruamento público a norte. Inclusive, os serviços têm dúvidas quanto ao afastamento do posto de lavagem, relativo ao prédio vizinho (3 metros de afastamento). Esta via pública a alargar (a norte), de acordo com o projeto da 2.^a fase da variante, é uma via estruturante, por forma a permitir o acesso ao arruamento secundário, paralelo à variante, e futura ligação à Rua das Eiras em Algerás. -----

---- d) Impacto urbanístico - O parque de abastecimento de combustíveis encontra-se localizado em zona mista, com prédio multifamiliar próximo, confinante com a oficina de mudança de pneus, próximo de centros comerciais: Lidl, Pingo Doce, Intermarché, tendo este último, um parque de abastecimento de combustíveis. Assim sendo, no universo urbanístico e no âmbito da inserção urbana e paisagística, a proposta é aceitável, pelo que neste parâmetro não há objeções a referir. -----

---- e) Outras normas legais - Salvo pelo referido anteriormente, julga-se que cumpre com outras normas e regulamentos aplicáveis. -----

---- VI. Parecer dos Serviços -----

---- Assim sendo, salvo melhor opinião, não é viável a construção do posto de abastecimento

na parcela assinalada em planta de localização fornecida pelo requerente, nomeadamente: ---

---- a) O acesso direto pela rotunda, é uma solução desaconselhada, sendo previsível algum transtorno para o trânsito e constitui perigo para a segurança rodoviária. Estamos perante uma rotunda com 5 acessos, dimensionada para o efeito, não se justificando a criação de mais um acesso. -----

---- b) Verifica-se que as edificações a edificar, não respeitam os afastamentos previstos no Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Concelho de Nelas (R.M.E.U.), publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º 48 - 7 de março de 2012 - Aviso n.º 3632/2012, alterado pelo Aviso n.º 7689/2019, publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º 85 - 3 de maio de 2019, Artigo 29.º, N.º 5, alínea a) e c). -----

---- Proposta de revisão do indeferimento: -----

---- A integração de um posto de abastecimento na parcela é uma boa solução, com reduzida área de ocupação do solo, desafogado, promovendo ao arranjo urbanístico da zona. Assim sendo, propõe-se uma solução distinta de acesso, com a entrada e saída pelo lado norte da intervenção. Prever a saída direta para a rotunda também revela ser uma solução desaconselhável, pois origina um novo ponto de conflito na rotunda, que se quer fluida e funcional. Deverá ser revisto os afastamentos do edifício de apoio, bem como do posto de lavagem, de forma a cumprir com os afastamentos previstos no RMEU de Nelas. -----

---- Proposta dos Serviços: -----

---- Atendendo à inserção urbanística, quer pelo prolongamento da ciclovía, espaço verde, bem como o ponto de acesso e arruamento a norte, importa ficar bem definido e delimitada a área a ceder ao domínio público, com pormenorização da sua execução, a fim de poder ser recebido pelo Município após conclusão das obras. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----

---- O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Vice-Presidente para falar sobre este ponto. -----

---- A Senhora Vice-Presidente, Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, cumprimentou o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores e o Estimado Público. Afirmou tratar-se da empresa Citadinos e Rurais, Ld.ª que solicita uma parcela de terreno em Nelas para eventual instalação de um posto de abastecimento de combustíveis. Depois da análise dos Serviços da Câmara Municipal verifica-se que os critérios previstos para as condições de acesso não são, totalmente, cumpridos, como por exemplo, o afastamento ao edificado, que não é cumprido, que deverá ser, no mínimo, 5 metros. Trata-se de uma Zona com acesso a uma rotunda, também uma rotunda com bastante trânsito, que já tem cinco saídas, que tem um diâmetro bastante grande. Tem um declive acentuado para poente, o que dificulta um bocadinho a visibilidade. E, portanto, os Serviços concluíram que, de acordo com estes pontos, que são de extrema importância, o parecer não ser favorável, uma vez que o acesso a esta Zona não é seguro para a circulação rodoviária. É disto que se trata. -----

---- O Senhor Presidente agradeceu à Senhora Vice-Presidente. Afirmou que só acrescentar que a rotunda é a rotunda que é conhecida como a Rotunda da Jaca por estar lá perto. Há um investimento, que tem apresentado, que tem a ver com uma exploração de uma gasolinera no espaço. E os Serviços remetem para uma questão de constrangimentos que, no entendimento dos Serviços, não poderão viabilizar como está o projeto. Mas solicitam que seja promovida uma audiência prévia escrita para, eventualmente, sanar o que possa estar a inviabilizar, nomeadamente, por causa de questões de segurança e de proximidade. É somente isso. E é esse documento que os Senhores Vereadores têm e que está agora em análise. Perguntou se havia alguma questão que os Senhores Vereadores queiram colocar. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, naturalmente, os Serviços fizeram essa informação. Mas pensa que na informação é referido do que iria, eventualmente, ser alargado um caminho a norte. E eles sabem que, nessas obras, há depois alguns espaços que serão cedidos para domínio público. Porque a única coisa que invoca de razões para, eventualmente, indeferir tem a ver com a saída, digamos que é, diretamente, para a rotunda e



Reunião de 08/05/2023

com os afastamentos. Mas é referido também que a norte há um caminho que seria alargado. Perguntou quem é que custearia esse alargamento. Seria o Município? Seria o proponente? E quais seriam as condições? Se isso já está estabelecido, ou não? -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que ainda não. Deu a palavra ao Senhor Vereador Aires Santos. -----

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes dos Santos afirmou que a sua análise também é no seguimento do pensamento do Colega Vereador Fernando Silvério porque os Serviços fundamentam, essencialmente, nos acessos e, entretanto, também apresentam uma alternativa que diz aqui por proposta dos Serviços. Portanto, ele pensa que deve-se estudar a alternativa porque também não vê aqui que o foco em si, as bombas, não é problema. O problema são os acessos porque desemboca ali a fazer a ligação à rotunda onde vai criar mais um constrangimento. É mais uma entrada e é mais uma saída. Mas a alternativa deve ser também estudada para ver até que ponto é viável em função de mesmo aquele alargamento do caminho também a norte, que está aqui, atendendo à intervenção urbanística, no prolongamento ao passeio e ciclovia. Portanto, passa tudo por haver um conjunto de esforços, como também diz aqui o próprio ponto. O próprio ponto, normalmente, não sabe se também está correto porque aqui diz: Discussão e eventual indeferimento. Normalmente, a gente discute e aprova, ou então dá conhecimento. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Aires Santos que era no âmbito do parecer dos Serviços. -----

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes dos Santos continuou: Isto, se calhar, precisa de uma análise mais aprofundada, mesmo até no local, porque, muitas vezes, é no terreno que a gente vê como é que as coisas funcionam porque o caso dos terrenos em si se, às vezes, se a cota não satisfaz, o piso pode-se levantar, pode-se cortar, pode-se rampear. Agora, o que tem em causa é a conjugação disto tudo. Se é viável ali. Se se justifica, ou não. Se é aceitável e o trânsito em si, uma vez que é uma rodovia com muito movimento e com grande circulação que pode, às vezes, criar alguns constrangimentos. Como alternativa, se calhar, fica mais suave e outro entendimento. Este é o seu pensamento, embora ele já leu isto, duas, ou três vezes e quando sair daqui quer lá passar para ver, exatamente, o que é que se passa.

---- O Senhor Presidente afirmou que queria dizer só uma coisa rápida também, até para esclarecer, que é assim: Os Serviços não dizem que o empreendimento não é para fazer, nem colocam nada em causa. O que eles dizem é que há aqui questões de segurança para resolver. E parece-lhe que está correto. Ele identifica-se com o não haver aqui alguma ideia subjacente dos Serviços, ou do Executivo, ou de quem quer que seja, indeferir o projeto em si. O que os Serviços, depois de fazerem a análise e o Executivo tem confiança nos Serviços é que há aqui algumas questões que importa que sejam corrigidas e daí solicitarem a audiência prévia escrita com quem submeteu o projeto de forma a que sejam feitas essas correções e o projeto seguir os seus trâmites e ser implementado. Basicamente, vai também no seguimento do que também disse o Senhor Vereador Fernando Silvério, portanto, essas questões são algumas dúvidas que subsistem que convém que agora sejam eliminadas em sede dessa audiência prévia por escrito. Deu a palavra à Senhora Vice-Presidente.-----

---- A Senhora Vice-Presidente, Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que a sugestão dos Serviços é essa mesma, é o alargamento do caminho a norte com entrada e saída pelo mesmo sítio. Mas o caminho teria que ser devidamente alargado e ter o acesso que permitisse esta saída e entrada para o posto de combustível. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, de qualquer maneira, independentemente disso, naturalmente que os Serviços irão agora levar o assunto para audiência prévia. Naturalmente que virá depois, novamente a reunião de Câmara. E, portanto, agora vão ver. O que ele, Senhor Presidente, acha e o que o Executivo julga é que este Parecer dos Serviços, nesta proposta que há, nomeadamente no que concerne às questões de segurança, faz sentido para o Executivo, mas faz sentido também a solução de marcar essa audiência prévia no sentido em que sejam resolvidas estas questões. Portanto, a proposta é subscrever o Parecer dos Serviços com este projeto que já existe, sejam supridas as questões, particularmente, de segurança e esclarecida uma outra questão como o acesso, eventualmente, um eventual novo acesso. Mas, naturalmente, dar seguimento para que os Serviços possam, com o proponente, fazer a audiência prévia por escrito e ver que a solução seja resolvida a consenso de todos.

Portanto, ele, Senhor Presidente, punha, então, à votação. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, manifestar intenção de indeferir o pedido de informação sobre os instrumentos de planeamento e condições gerais para operações urbanísticas para eventual instalação de um posto de abastecimento de combustíveis, sito na Av.^a Eng.^o Luís Almeida Ferreira, em Nelas, em que é requerente a empresa Citadinos e Rurais, Ld.^a, devendo proceder-se à audiência prévia escrita da empresa interessada, nos termos do n.º 1, do artigo 121.º, do Código do Procedimento Administrativo e nos termos e de acordo com a informação interna n.º 4975, datada de 18/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, atrás descrita. -----

6.2.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO - ESPECTÁCULO DE KARAOKE NO CAFÉ, NO DIA 22/04/2023, DAS 22:00 HORAS ÀS 02:00 HORAS DO DIA SEGUINTE. LOCAL: BAR ESCRITÓRIO, EM NELAS – REQUERENTE: VÍTOR FIGUEIREDO & MÁRCIO CARDOSO, LD.^a – DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 4801, datada de 13/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de licença para recinto improvisado, com Espectáculo de Karaoke no Café, no dia 22/04/2023, das 22:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, no Bar Escritório, em Nelas, em que é requerente a empresa Vítor Figueiredo & Márcio Cardoso, Ld.^a, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 18/04/2023, que a seguir se transcreve: “No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão, nos termos da informação técnica. Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal.” -----

---- O Senhor Presidente afirmou que do ponto 6.2 ao ponto 6.9 tem muito a ver com as isenções, com os recintos improvisados. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de licença para recinto improvisado, com Espectáculo de Karaoke no Café, no dia 22/04/2023, das 22:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, no Bar Escritório, em Nelas, em que é requerente a empresa Vítor Figueiredo & Márcio Cardoso, Ld.^a, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 4801, datada de 13/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. -----

6.3.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO - ESPECTÁCULO DE KARAOKE NO CAFÉ, NO DIA 29/04/2023, DAS 22:00 HORAS ÀS 02:00 HORAS DO DIA SEGUINTE. LOCAL: BAR ESCRITÓRIO, EM NELAS – REQUERENTE: VÍTOR FIGUEIREDO & MÁRCIO CARDOSO, LD.^a – DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 5072, datada de 20/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de licença para recinto improvisado, com Espectáculo de Karaoke no Café, no dia 29/04/2023, das 22:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, no Bar Escritório, em Nelas, em que é requerente a empresa Vítor Figueiredo & Márcio Cardoso, Ld.^a, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 26/04/2023,



Reunião de 08/05/2023

que a seguir se transcreve: “No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão, nos termos da informação técnica. Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal.”. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de licença para recinto improvisado, com Espectáculo de Karaoke no Café, no dia 29/04/2023, das 22:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, no Bar Escritório, em Nelas, em que é requerente a empresa Vítor Figueiredo & Márcio Cardoso, Ld.ª, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 5072, datada de 20/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. -----

6.4.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO – FESTA DJ: MÚSICA AO VIVO, NO DIA 22/04/2023, DAS 22:00 HORAS ÀS 04:00 HORAS DO DIA SEGUINTE. LOCAL: BALNEÁRIO DOS INGLESES, EM URGEIRIÇA - REQUERENTE: AFONSO CORREIA SAMPAIO – DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 4822, datada de 13/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de licença para recinto improvisado, para Festa Dj, com Música ao Vivo, no dia 22/04/2023, das 22:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, no Balneário dos Ingleses, em Urgeiriça, em que é requerente Afonso Correia Sampaio, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 18/04/2023, que a seguir se transcreve: “No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão, nos termos da informação técnica. Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal.”. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de licença para recinto improvisado, para Festa Dj, com Música ao Vivo, no dia 22/04/2023, das 22:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, no Balneário dos Ingleses, em Urgeiriça, em que é requerente Afonso Correia Sampaio, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 4822, datada de 13/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. -----

6.5.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO - KARAOKE: MÚSICA AO VIVO, NO DIA 22/04/2023, DAS 22:00 HORAS ÀS 04:00 HORAS DO DIA SEGUINTE - LOCAL: SEDE DA ASSOCIAÇÃO, EM AGUIEIRA - REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL, SOCIAL E DESPORTIVA DE AGUIEIRA - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 4817, datada de 13/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de licença para recinto improvisado, para Karaoke, com Música ao Vivo, no dia 22/04/2023, das 22:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, na Sede da Associação, em Agueira, em que é requerente a Associação Recreativa, Cultural, Social e Desportiva de Agueira, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 18/04/2023, que a seguir se transcreve: “No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a

pretensão, nos termos da informação técnica. Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal.” -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de licença para recinto improvisado, para Karaoke, com Música ao Vivo, no dia 22/04/2023, das 22:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, na Sede da Associação, em Aguieira, em que é requerente a Associação Recreativa, Cultural, Social e Desportiva de Aguieira, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 4817, datada de 13/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. -----

6.6.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO - MÚSICA AO VIVO, NOS DIAS 29/04/2023 E 30/04/2023, DAS 20:00 HORAS ÀS 04:00 HORAS DO DIA SEGUINTE - LOCAL: SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MOREIRA, NO LARGO DA LAGE, EM MOREIRA - REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL DE MOREIRA - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 4998, datada de 19/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de licença para recinto improvisado para Música ao vivo, nos dias 29/04/2023 e 30/04/2023, das 20:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, na Sede da Associação de Moreira, no Largo da Lage, em Moreira, em que é requerente a Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Moreira, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 26/04/2023, que a seguir se transcreve: “No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão, nos termos da informação técnica. Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal.” -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de licença para recinto improvisado para Música ao vivo, nos dias 29/04/2023 e 30/04/2023, das 20:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, na Sede da Associação de Moreira, no Largo da Lage, em Moreira, em que é requerente a Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Moreira, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 4998, datada de 19/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. -----

6.7.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO - MÚSICA AO VIVO, NOS DIAS 29/04/2023 E 30/04/2023, DAS 20:00 HORAS ÀS 04:00 HORAS DO DIA SEGUINTE - LOCAL: SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MOREIRA, NO LARGO DA LAGE, EM MOREIRA - REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL DE MOREIRA - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS MUNICIPAIS - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 5000, datada de 19/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de isenção do pagamento das taxas municipais para a licença para recinto improvisado para Música ao vivo, nos dias 29/04/2023 e 30/04/2023, das 20:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, na Sede da Associação de Moreira, no Largo da Lage, em Moreira, em que é requerente a Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Moreira, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 26/04/2023, que a seguir se transcreve: “No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão (isentar a taxa municipal). Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal.” -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de isenção do pagamento das taxas municipais referentes à licença para recinto improvisado para Música ao vivo, nos dias 29/04/2023 e 30/04/2023, das 20:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, na Sede da Associação de Moreira, no Largo da Lage, em Moreira, em que é requerente a Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Moreira, nos termos e de acordo com a informação



Reunião de 08/05/2023

interna n.º 5000, datada de 19/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. -----

6.8.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO - FESTA MÚSICAL: MÚSICA AO VIVO, NO DIA 30/04/2023, DAS 19:00 HORAS ÀS 02:00 HORAS DO DIA SEGUINTE - LOCAL: ESCOLA PRIMÁRIA, NA VILA DE SENHORIM - REQUERENTE: IRMANDADE NOSSA SENHORA DO VISO - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 5099, datada de 20/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de licença para recinto improvisado, para Festa Musical, com Música ao Vivo, no dia 30/04/2023, das 19:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, na Escola Primária da Vila de Senhorim, em que é requerente a Irmandade da Nossa Senhora do Viso, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 26/04/2023, que a seguir se transcreve: “No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão, nos termos da informação técnica. Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal.” -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de licença para recinto improvisado, para Festa Musical, com Música ao Vivo, no dia 30/04/2023, das 19:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, na Escola Primária da Vila de Senhorim, em que é requerente a Irmandade da Nossa Senhora do Viso, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 5099, datada de 20/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. -----

6.9.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO - FESTA MUSICAL: MÚSICA AO VIVO, NO DIA 30/04/2023, DAS 19:00 HORAS ÀS 02:00 HORAS DO DIA SEGUINTE - LOCAL: ESCOLA PRIMÁRIA, NA VILA DE SENHORIM - REQUERENTE: IRMANDADE NOSSA SENHORA DO VISO - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS MUNICIPAIS - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 5105, datada de 20/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de isenção do pagamento das taxas municipais para a licença para recinto improvisado para Festa Musical, com Música ao Vivo, no dia 30/04/2023, das 19:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, na Escola Primária da Vila de Senhorim, em que é requerente a Irmandade da Nossa Senhora do Viso, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 26/04/2023, que a seguir se transcreve: “No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão (isentar a taxa municipal). Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal.”. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de isenção do pagamento das taxas municipais referentes à licença para recinto improvisado para Festa Musical, com Música ao Vivo, no dia 30/04/2023, das 19:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, na Escola Primária da Vila de Senhorim, em que é requerente a Irmandade da Nossa Senhora do Viso, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 5105, datada de 20/04/2023,

7 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- O Senhor Presidente afirmou que chegaram assim ao fim do Período da Ordem do Dia. E, portanto, deixarão, naturalmente, ao Período do Público para quem se queira inscrever e fazer intervenções. Ora, o Senhor Arlindo Duarte foi o primeiro. Deu-lhe a palavra. -----

---- O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte cumprimentou o Senhor Presidente, a Senhora Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Funcionários e o Estimado Público. Afirmou que ia ser muito breve. Era só para dizer que em Canas de Senhorim, na saída do IC 12, já tem boa iluminação. Gostaria de pegar nesta iluminação, entre aspas e que a mesma fosse abranger também o Hotel da Urgeiriça e na Rotunda da Borgstena, que são dois locais que, realmente, necessitam de boa iluminação. Também dizer que, finalmente, a Câmara está a executar a obra da Barroca. Não sabe se vai demorar muito, se vai demorar pouco, mas isso são pormenores técnicos. Portanto, tem a agradecer nesse campo. Também já agradeceu e que fique em ata também o trabalho que fizeram junto da Igreja, em Santar, onde já tem o alcatrão porque aquilo estava uma miséria e, por acaso, passou lá hoje. Sobre outras questões, gostaria de pedir aos Serviços, por intermédio do Senhor Presidente, que fosse pintado aquele gradeamento no Bar das Piscinas, virado para o Campo de Futebol. Está pintado, ligado para o Pavilhão, mas para o Campo de Futebol, aquilo está cheio de ferrugem. Pronto, acha que era essencial. Para mais, temos a época balneária à porta e seria bom que pintassem o gradeamento. Alertar o Senhor Presidente da Câmara que na Curva dos Valinhos andaram lá a cortar mimosas e as mesmas mimosas estão lá secas, completamente, secas. Aquilo é uma pólvora autêntica e, infelizmente, estamos a começar a época dos fogos. Portanto, gostaria que fizessem isso. Mas é que é muita mimosa mesmo cortada que já se encontra seca. Não sabe se foi a Estradas de Portugal, se quem foi, mas como a Câmara é responsável pelo território do nosso Concelho, gostaria de chamar à atenção nestes campos. Outra coisa, para terminar, ficou muito decepcionado na última Assembleia Municipal ao ter conhecimento que a Câmara, em 2021, não devia 10 milhões de euros, 12 milhões de euros, mas sim 19 milhões de euros. Isso foi uma desilusão completamente, para ele que acompanhava as reuniões constantemente, a bem dizer, mais do que o que frequenta hoje, ficou desiludido com essa verba de 19 milhões de euros de dívidas. É só. Agradeceu a todos. -----

---- O Senhor José Manuel Ferreira cumprimentou o Senhor Presidente, a Senhora Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, o Estimado Público e os Ilustres Funcionários. Afirmou que vinha, mais uma vez, alertar para a situação do sinal. Continuam a autuar lá. Disseram-lhe que iam lá marcar no chão, em frente à Escola. Continuam a não marcar e eles continuam a autuar. Outro ponto, foi aqui pedido há um tempo, até foi por um Vereador, mas ele passou lá ontem e viu o cemitério novo de Canas de Senhorim, tem que se dar alguma dignidade àquilo que as mimosas estão quase a chegar ao muro. Foi, na altura, falado aqui que iam mandar limpar. Em relação à E.N. n.º 234, acha que o Senhor Arlindo agora aflorou. É verdade o que ele disse. Há para lá montes. Aquilo é gasolina que ali está. Não sabe se é da E-Redes. Não sabe quem é que lá andou. Pronto, deixaram tudo aquilo ali. Cada vez é mais agreste o verão. Portanto, é só para ter atenção porque, depois, à, não, foi dito na Câmara. Ele sabe que a Câmara não tem a ver com isso, mas tem que pressionar alguém para limpar aquilo. E, depois, também esteve ali na Assembleia Municipal em relação ao Coveiro. E houve ali uma situação que o deixou um bocadinho, não gostou, se calhar, pela intensidade da reunião, o Senhor Presidente teve uma atitude a responder a um Município a dizer se ele representava alguma Funerária, quando na sua ótica, pede imensa desculpa, se calhar teria que engolir, se calhar, ali um bocadinho a situação e dizer: É pá, peço desculpa, irei averiguar. E transmitir depois o que é que daí sairia. E o Senhor Presidente, numa atitude não prepotente, mas saiu-lhe, perguntou-lhe se ele representava alguma Funerária. Não disse se era Agente, se não era: Olhe, representa alguma Funerária?



Reunião de 08/05/2023

Ele, José Manuel Ferreira, não gostou disso porque ele também já perdeu pai e mãe. Sabe como é que são as coisas. Quem tem que arranjar Coveiros são as Autarquias, Juntas, Câmaras. É o Poder Local. Não são eles. Está bem? Ou não. Pronto. Mas isso, agora, ou não. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor João Manuel Gouveia Rego afirmou que ele, francamente, acha que não há condições para estar aqui em pé a pegar nisto e a falar. Portanto, pedia autorização para se sentar, os Senhores também estão sentados e ele vai fazer, exatamente, o mesmo. Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que vinha aqui mais uma vez na qualidade de Município falar com os Senhores Vereadores, o Senhor Presidente, a Senhora Vice-Presidente e dizer-lhes que os Senhores estão sob escrutínio público porque os Senhores representam o Município, recebem o vencimento do Município e os Municípios têm obrigação de ver, ou não, isso, cada um, toma a atitude que entender. Mas os Senhores estão sob escrutínio público diário. E, como tal, devem reagir de outra forma perante as pessoas que não estão de acordo com a vossa forma de estar no Município. E, portanto, acha que devem começar a encaixar as críticas, não tratar mal as pessoas. Perceber que as críticas incidem sobre questões profissionais e não pessoais. Não perseguir pessoas. Não ser sectários como aconteceu na visita da Senhora Ministra Ana Abrunhosa que foi uma vergonha que os Senhores aqui passaram. Portanto, é importante, os Senhores ter poder de encaixe em relação às críticas porque os Senhores vão passar por aqui, o Município vai continuar e eles, Municípios, vão continuar. Já por aqui muitos passaram que tinham a mania que eram donos disto tudo e depois não foram donos de, absolutamente, nada. Portanto, acha que há-de haver da parte dos Senhores alguma humildade. E, portanto, quando os Municípios não concordam com os Senhores estão no seu pleno direito. Ponto. No seu pleno direito. Quer dar aqui uma ajuda em relação, para não se levantarem suposições em relação às mimosas que estão em frente aos Valinhos, elas foram cortadas pela ENU, ou pela EDM, do lado direito em frente ao Parque dos Valinhos naquele desvio para o Parque. Portanto, queria deixar isso ressaltado para não pensarem que é ele. Em relação à sua posição em relação ao Município, o que o trás aqui hoje é dizer ao Município, aliás, dizer ao Executivo que continua triste, sem perceber onde é que o Executivo quer chegar. Voltam a falar aqui do CAVES, voltam a falar aqui da Zona Industrial n.º 1. Voltam a falar sempre da mesma coisa. A conversa da Zona Industrial n.º 1, ele, João Rego, já a ouviu há cerca de um ano pelo menos em que o Senhor Presidente já lhe falou na retificação do projeto, que o projeto teria de ser retificado. Portanto, já há mais de um ano que andam a falar sobre este tema. Em relação ao CAVES ele acha inacreditável um Executivo ter recebido uma informação do Turismo de Portugal e não ter feito nada em relação a isso a não ser um pedido de esclarecimento. Ele, João Rego, se fosse Presidente da Câmara, a primeira coisa que fazia era pegar no telefone e, no mínimo, falar com o Senhor Secretário de Estado do Turismo. E se ele não o atendesse, ou outro dia, ele estava à porta do Ministério para falar com quem de direito. Porque, na sua opinião, eles não podem estar à espera que as coisas lhes caíam de paraquedas. E o Executivo não tem sido nada proativo na relação que tem mantido com o Poder Central. Que nem sequer vai discutir as qualidades do Poder Central porque, infelizmente, ainda conseguem ser. Como é que ele há-de diz isto para não ferir susceptibilidades? O Poder Central ainda consegue ser menos competente que o Executivo que a Câmara Municipal de Nelas tem. Portanto, acha que o Município tem que ter outra proatividade em relação a estes temas. Santar é a sua terra. O CAVES era um projeto que demorou muito tempo a ser conseguido. Acha inacreditável o estado de abandono a que

chegou o projeto. Neste momento é um estaleiro do Hotel das Fidalgas. É um estaleiro cheio de porcarias que tem. É uma obra ao abandono. Os Senhores do Hotel servem-se do Parque. Fazem aquilo que querem e que bem lhes apetece. Portanto, eles já tiveram noção de que há pessoas em Santar que uns são Municipais de primeira, outros de segunda. Já voltaram a esse tempo. Portanto, é inacreditável que o CAVES esteja ao abandono da maneira que está. Ele não pode aceitar. Não pode e não vai aceitar. E, portanto, vai batalhar até que a voz lhe dia, criticar os Senhores. Aliás, é ótimo a proatividade em relação à crítica porque ainda hoje andam a limpar mato que ele alertou em fevereiro deste ano, que tinha os terrenos. Aliás, nem sabe que procedimento é que fizeram. Ainda teve oportunidade de ver se há procedimento para aquela limpeza. Subcontrataram um empreiteiro, pensa que da Agueira, para limpar mato atrás do Ecocentro. Ainda gostava de ver o procedimento de contratação. Mas ele vai continuar a criticar, independentemente de que os Senhores gostem, ou que não gostem. Isso, para ele, é indiferente, se o perseguirem, se não o convidarem, se lhe travarem projetos, vão ter que levar com ele, quer queiram, ou não queiram. Portanto, acha que os Senhores como políticos que estão sujeitos ao escrutínio público. E ele vai continuar a escrutinar o trabalho do Executivo diariamente. E ele merece, como Município, o respeito destes políticos. Portanto, isto, para que fique bem vincado. Em relação às Contas que foram apresentadas pela Câmara ficou triste porque ele pensou que, fruto da falta de investimento que houve no último ano, ele pensou que tinham um resultado extraordinário, que era uma coisa fantástica, que tinham tido um resultado muito bom. Afinal, vai ver, aumentaram a limpeza corrente, aumentaram impostos e taxas e taxas em 1,2 milhões de euros. Portanto, os Municipais pagaram e já agora gostava de fazer uma pergunta, que é uma pergunta que no Relatório e Contas ele não consegue ver respondida. O Senhor Presidente disse que 91 pessoas vieram das delegações de competências para o Executivo, para a Câmara, pede desculpa, para o Efetivo da Câmara, era isso que ele queria dizer. Portanto, ele gostava de saber se foram feitas contratações para o Município? Quais foram os Setores que consideraram prioritários? E gostava também que lhe respondesse se acha normal uma Câmara que precisa de investimento como de pão para a boca tem mais pessoas no Setor da Comunicação Social do que nas Obras Particulares. Isto, a ele, é uma coisa que o choca. Ficaram sete pessoas no Setor da Comunicação, nesta casa. Uma, parece que cá nem está, ou já cá não vem há não sabe quanto tempo, ou ninguém sabe dela, não percebe muito bem e gostava de ver esclarecido. E que as Obras Particulares têm, realmente, meia dúzia de pessoas, que trabalham que se esfalfam a trabalhar e não têm acréscimo de Pessoal. Continuam a trabalhar como trabalhavam há meia dúzia de anos atrás. Portanto, isto não lhe parece correto. Ele já lhe disse uma vez que achava que o investimento devia ter Via Verde nesta casa. Este Município precisa de investimento como de pão para a boca. E, portanto, não é a tratar o investimento desta forma que o Município vai conseguir crescer, ser apelativo. O investimento é fundamental. E diz-lhe outra: Infelizmente, o Senhor Presidente vai ter uma surpresa, uma má surpresa na Zona Industrial n.º 1 de Nelas que o vai obrigar a procurar investimento, que foi uma coisa que os Senhores não fizeram até hoje. Infelizmente, o Senhor Presidente vai ter que procurar investimento porque, até hoje, têm tido pleno emprego. Mas, infelizmente, as coisas não vão continuar a ser como estão. -----

---- O Senhor Presidente agradeceu aos Senhores Municipais pelos seus contributos. Afirmou que dizer que, naturalmente, que as opiniões só vinculam quem as profere, naturalmente. E é sobre isso que sobre as questões que foram colocadas ao Executivo que irá responder sobre essas questões. No Nó da Noémia, a iluminação era uma questão que já se arrastava há muito tempo. E começando pelo Senhor Arlindo, porque foi o primeiro interveniente. Dizer-lhe ainda que aquela resolução tem a ver muito com uma questão de segurança também na Zona ali, que é um nó, particularmente, complicado. E haverá ainda intervenção nessa matéria, naturalmente com a intervenção, que é uma preocupação que, naturalmente, releva o Executivo e que a quer, naturalmente, fazer, sendo certo que, inclusivé, está também no PROT, no que são as forças dos Municípios, nos Quadros Comunitários, o PROT da Região Centro tem a ver com os grandes investimentos e com as grandes infraestruturas. E, entre elas, está lá, entre outras coisas também, naturalmente, que este Executivo persistiu, em



Reunião de 08/05/2023

abono da verdade, sempre os outros Executivos também, mas continuou, desde a conclusão do IC 12, desde o IC 37, que não se deixou cair, desde outra questão, que é importante, que é a Modernização da Linha da Beira Alta que está, apesar dos constrangimentos todos, a ser executada. E volta a dizer que, independentemente, dos constrangimentos todos e do aspeto menos positivo das demoras, das prorrogações, ele, Senhor Presidente, continua a defendê-la, intransigentemente, porque a acha fulcral porque o desenvolvimento do nosso Concelho se deve muito, ou a sua maior significância, à Linha da Beira Alta. E, portanto, independentemente, de que possa haver ónus, com o Município, embora não tenha responsabilidade porque não é o Dono de Obra, mas, naturalmente, que irão, na mesma, defender o mesmo. O Município tem uma coisa fantástica que é: Houve uma demora na abertura da Ponte e, portanto, a culpa era do Executivo que não fazia força política para a Ponte ser, rapidamente, encetada. Agora, acontece uma coisa paradoxal que é: Abre-se a Ponte e as pessoas têm a ideia, eventualmente, de que, ou há essas manifestações sobre a segurança da Ponte, ou não. A ele, Senhor Presidente, parece-lhe claro que, nesta matéria, tem sobre os Responsáveis do IP, que não são, propriamente, um empreiteiro qualquer e que fosse, tem responsabilidades os empreiteiros, com os seus Engenheiros, com os seus Arquitetos, na execução das empreitadas. Estão a falar na IP. E, portanto, o Executivo tem que ter confiança nas Entidades Públicas e que tem responsabilidade para essa matéria. Vem isto a propósito ainda da execução da obra, da empreitada na Barroca, a intervenção que está a ser feita e que é para continuar, nomeadamente, na parte que é o desvio das águas pluviais como eles falaram, que é uma grande problemática que há muitos anos carece ser resolvida e está em boa situação. A questão da pavimentação da Igreja, em Santar, da Rua, é uma questão também que está resolvida. Agradece, o Executivo tinha inventariado, mas é bom também ter sempre essa recomendação, naturalmente, do gradeamento das Piscinas Municipais, particularmente com o argumento que o Senhor Arlindo aduziu agora que é a intervenção. O corte das mimosas foi referenciado também do que são as intervenções das Entidades, tanto da E-Redes, como noutros Setores, da EDM, ou da IP e que estão a decorrer. No que concerne ao Municípe José Manuel, sim, o sinal em frente à Escola já se tinha referenciado e não está concretizado. Vão concretizar isso. Tem razão. O Executivo tinha assumido que o faziam e, portanto, não está concluído. As limpezas do cemitério também estão contempladas. Dizer que, independentemente, de tudo as coisas estão a decorrer os seus trâmites. Na questão que falou de um Municípe e de gostar, ou não gostar, de um comentário que foi feito, é uma questão: Ele, Senhor Presidente, disse isso e da mesma forma que quando não se fazem as coisas bem e são evidentes, há pouco a fazer sobre isso e há somente o ato de contrição e, obviamente, emendar o que não está, corretamente, feito, dizer que, nesta questão, é o seguinte: Se há questão onde tem havido até preocupação é, precisamente, isto. Tem a ver com os Municípes numa situação, particularmente, difícil, que ninguém gosta, naturalmente, de passar. Há questões complexas quando eles recorrem a alguns Serviços. Neste aqui é uma questão de bastante fragilidade das pessoas. Portanto, o entendimento que o Executivo tem é a articulação que existe, como ele, Senhor Presidente, já referenciou sobre isso com outros territórios, com outras Freguesias. E, portanto, não é a informação que o Executivo tem. E é isso que várias vezes, o que estavam a falar, estavam a entrar ali num diálogo que não é, de todo, necessário. Eles podem-no fazer. Mas, se o diálogo persiste, não chegam a lado nenhum. Não é, se calhar, por aí. Mas, naturalmente, que, neste momento, tem que ser equacionada a possibilidade de, se o Serviço, se é para continuar em termos do que é a resposta do Coveiro. Por exemplo,

muitas das nossas Freguesias tinham, de facto, a figura do Coveiro, quase agora nenhuma tem. Mesmo os que existem nas duas Uniões de Freguesias são Funcionários que fazem também a atividade de Coveiro e no Município é o mesmo. E, também, naturalmente, porque tem que ser cogitada a possibilidade de continuar. Não é fácil também contratualizar alguém que queira fazer aquele Serviço, particularmente, também com as verbas que depois o que é a contratualização pública pode providenciar. Mas, pronto. No que diz o Senhor Municipe João Rego, naturalmente que os comentários são dele, João Rego. Tem todo o direito, naturalmente, de exprimi-los, não quer dizer que concorde com eles. Mas são, legitimamente, os seus. No não encaixar, ele, Senhor Presidente, não percebeu, mas regista. O perseguir pessoas, não sabe onde é que o Senhor João Rego queria chegar com isso. Ele não se lembra, particularmente, de ele, ou algum Membro deste Município o fazer. Não é, propriamente, uma coisa que seja sua prática. Falta de humildade, não. Pode não gostar da aceção, pode dizer que são mais, ou menos, proactivos. A soberba não é uma coisa que o assista, nem ao Executivo. Mas respeita, naturalmente, a opinião do Senhor João Rego, que é a sua. A questão de ser sectário, do que supõe que tenha a ver com a questão da Senhora Ministra, ou dos convites, ou isso, acha que também tem a ver com essa questão. Se ele, Senhor Presidente, estiver a inferir mal, depois numa outra reunião, permitir-lhe-á a ele, Senhor Presidente, que faça outra aceção, ou outra leitura. Mas o que acontece, eles já disseram isso e voltam, outra vez, a dizer. E grande parte da visita da Senhora Ministra tinha a ver com os vários Quadros Comunitários. Invocar agora isso, ainda hoje foi falado aqui nesta reunião, ele, Senhor Presidente, na sua intervenção fez, precisamente, questão de realçar todo o investimento que foi feito no passado pelos diferentes Executivos. E disse, claramente, que a única coisa que aparecia agora nova é o que vem para aí O que estava, estava identificado por este Município e não foi, de forma alguma, colocado em causa. Bem pelo contrário. A parte do que é o convite, ou não convite, formulado, se calhar, ele, Senhor Presidente, já fez este esclarecimento e vai fazê-lo outra vez. Houve uma reunião com as Comunidades Intermunicipais com o Senhor Presidente Nacional de Acompanhamento ao PRR, que é o Senhor Dr. Pedro Dominginhos. E, nessa reunião, os Municípios todos queixaram-se de que não havia informação fundamentada sobre o PRR. Ainda hoje não há. Quer isto dizer o quê? Nenhum Município sabe ao certo os investimentos que são feitos no seu território. E nem essa informação é veiculada. Eles já a solicitaram enquanto Câmara. As CIM,s também já a solicitaram. Até porque muito do investimento que está a ser feito pode ser, no que eles falaram aqui hoje, em consonância com os investimentos para fazer no âmbito do PT 2030. Não quer dizer que tenham de ser iguais. Mas se houver um investimento setor numa determinada área estratégica, o investimento do Município pode ser complementar, ou pode alavancar esse investimento privado. E tudo o que é e é fácil consultar, é só consultar o Portal que está disponível, está lá, de facto, o número de projetos que foram submetidos, os que foram aprovados, os montantes, o número. Mas não há informação de quem são os projetos em si. E, portanto, uma das questões que foi levantada foi, precisamente, pelos Municípios no que concerne a essa questão. Sobre a questão do CAVES e de não se ter feito nada por causa da questão dos 400.000,00 euros e da Área de Acolhimento Empresarial, ele, Senhor Presidente, não tem também essa aceção. Alegadamente, não se podia discutir na Intervenção do Público questões debatidas na Ordem do Dia. Mas não lhe parece que esteja a cometer nenhum crime em estar a falar sobre eles e, portanto, falará sobre eles, naturalmente. Sobre o CAVES dizer que o Senhor Secretário de Estado, o Senhor Dr. Nuno Fazenda, esteve cá há pouco tempo, há 5 semanas, 6 semanas, talvez, de visita curta ao Município, no próprio dia. Estava a fazer um périplo pelo território e também veio ao nosso território e onde foi questionada, precisamente, essa questão e o Senhor Secretário de Estado mostrou-se, particularmente, sensível a essa questão e disponibilizou-se para resolver o assunto, bem como com o Turismo de Portugal e com as intervenções que foram feitas nesse sentido. O Executivo não aceitou de barato o que lhes foi explicado e tem insistido com as Entidades, com as Instituições, na resolução e na manutenção do que é o valor absoluto e não a parte percentual. Não sabe, respeita, o que é que são os Municipes de primeira e de segunda em Santar. Não se revê, minimamente, nisso,



Reunião de 08/05/2023

nem em nada que se pareça. Dizer que não vê isso. Não vê e tem a certeza que isso não existe, pelo menos da parte do Executivo. Dizer também no que falou e bem, numa questão de respeito. O respeito é como tudo também na vida, é recíproco. Para se ter respeito é preciso também conceder respeito. Portanto, as coisas funcionam dessa maneira. Ele, Senhor Presidente, não se lembra de fazer ataques pessoais, mas já foi alvo de alguns. Está a falar genericamente, não está a individualizar nada. Estava a falar no respeito no sentido lato. E, portanto, no que concerne a respeito tem essa ideia de reciprocidade. No respeito, na estima. Separar o que é público do que é privado. Separar o que é o combate político, o combate ideológico e do que é a questão pessoal. E dizer também que no que concerne ao que é pessoal também muito haveria também a dizer sobre isso porque também, naturalmente, no que é o respeito há uma célebre: Quando nós apontamos um dedo, estão três dedos a apontar para nós. E isso serve, ele, Senhor Presidente, até põe os três porque o outro está virado para a frente, o polegar, depende de como esteja. Se estiver assim estão três para trás e um para a frente. Isto, para dizer o quê? Que, naturalmente, quando eles fazem isso também têm que, em abono de consciência, também meterem a mão na consciência e saberem se tudo o que está a ser feito faz esse sentido. Sobre o resultado das Contas, o aumento das Despesas Correntes, o documento a que o Senhor João Rego teve acesso, ele, Senhor Presidente, não sabe o que tinha lá, mas o que tem no aumento das Despesas Correntes tem, particularmente, duas questões: É nos Bens e já foi aqui explorado até no que é muito do derivado e tem um conhecimento cabal sobre a situação porque é empresário também. Mas, nomeadamente, o aumento das matérias-primas, da questão da fatura energética, os custos exponenciais com os transportes. O Executivo anda a fazer alterações orçamentais, os custos dos transportes escolares são imensos, das refeições escolares e que ainda não passou, já há revisões de preços na altura em que vivemos. Vai ser um ano, particularmente, complicado para toda a gente, para os Municípios em particular e para os Municípios. E, portanto, esse aumento das Despesas Correntes é em Bens, na Aquisição de Bens e é também no que é Despesas de Pessoal, que aumentaram, significativamente, claramente, com a transferência de competências, com mais 91 Funcionários e na Ação Social com mis um, fora os que vêm no âmbito da Saúde e que não serão muitos, serão os Assistentes Operacionais, 6, se a memória não o atraiçoa. Mas, somando tudo, são quase 100 novos Funcionários, além deste hiato do que o Executivo recebe e do que paga, que já está num diferencial de mais de 85.000,00 euros negativos. No que concerne à Comunicação Social, dizer que a Comunicação Social, dizer ao Senhor João Rego que o número de Elementos que lhe disseram não está correto. Mas é o número que tem. Dizer-lhe que a aceção deste Município é uma outra. E, portanto, o que ele, Senhor Presidente, lhe vai dizer é o seguinte: O Setor da Comunicação é um Setor, perfeitamente, vital em qualquer Instituição, no que é divulgar as atividades de uma Instituição e com organizar eventos de promoção territorial e não só, eventos culturais, eventos de Educação e eventos institucionais. E o que tinha havido, existia já um Gabinete, sempre existiu, de Comunicação Social, que foi desintegrado. Foi desintegrado e resolveu-se entregar o que é Comunicação Social a duas Avenças Externas. O que o Executivo achou que não fazia sentido. Portanto, é o seguinte: Sim. Havia essa Comunicação. Mantém e reitera e está disponível para esclarecer isso na próxima reunião de Câmara, claramente. O Sistema foi com funcionalismo da Autarquia. Não é verdade o número de pessoas, nem nada que se pareça. Quem falou em sete pessoas foi o Senhor João Rego. No que são os Recursos Humanos do Município havia uma Funcionária que tinha a aceção no inventariar que foi feito do Mapa de Recursos Humanos e do Pessoal que poderia trabalhar na área, que está a

trabalhar numa outra área onde tem um trabalho também notabilíssimo, que é uma Funcionária da Autarquia, que está a funcionar numa outra Freguesia, numa Freguesia que não na Sede do Concelho e que, independentemente, de o Executivo poder achar que o facto de ser licenciada pode dar um tipo de resposta. O tipo de resposta que o Município tem que dar, ou os seus Funcionários, é um trabalho profícuo em prol das populações, que é como é feito, embora tivesse sido cogitada essa pessoa para fazer parte dos Recursos Humanos da Comunicação Social uma vez que é formada na área, embora não a exerça há muito tempo e está alocada a outro Serviço em Santar, curiosamente. E, portanto, o que ele, Senhor Presidente, estava a falar era nessa reformulação ter Funcionários. Foi essa aceção que foi feita. Agora, houve duas pessoas que foram contratadas que são pessoas que já trabalharam também na própria Câmara Municipal de Nelas. E é uma questão que se assume como contraponto entre funcionar com a Comunicação com o que se tem e com quem já foi Funcionário, ou fazer uma contratualização de uma Avença. Foi esta aceção que foi feita e, portanto, o Executivo responderá e está a responder perante ele. Agradeceu a participação dos Senhores Muncipes. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA

---- O Senhor Presidente da Câmara pediu à Funcionária Dr.^a Ana Isabel Almeida dos Santos, Dirigente Intermédia de 3.º Grau, da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Social, Emprego e Saúde, que secretariou a reunião, para proceder à leitura da minuta da ata da presente reunião. -----

---- Posta à votação a minuta da ata da presente reunião, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às dezoito horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, Dirigente Intermédia de 3.º Grau, da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Social, Emprego e Saúde, conforme deliberação tomada na reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada em 08 de agosto de 2022, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. -----

O Presidente,

A Dirigente Intermédia de 3.º Grau,
